

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

**ROSSANA KLIPPEL DE SOUZA JOSÉ**

**MULHERES, LUTAS E REPRESENTAÇÕES:  
A coleção fotográfica do Coletivo Feminino Plural  
(Porto Alegre/RS)**

Porto Alegre

2018

ROSSANA KLIPPEL DE SOUZA JOSÉ

**MULHERES, LUTAS E REPRESENTAÇÕES:  
A coleção fotográfica do Coletivo Feminino Plural  
(Porto Alegre/RS)**

Trabalho realizado como pré-requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Museologia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zita Rosane Possamai

Porto Alegre

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Jane Fraga Tutikian

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Karla Maria Müller

Vice-diretora: Ilza Maria Tourinho Girardi

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Jeniffer Alves Cuty

Chefe Substituta: Eliane Lourdes da Silva Moro

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA**

Coordenadora: Vanessa Teixeira Aquino

Vice-coordenadora: Ana Celina Figueira da Silva

CIP - Catalogação na Publicação

José, Rossana Klippel de Souza  
MULHERES, LUTAS E REPRESENTAÇÕES: A coleção  
fotográfica do Coletivo Feminino Plural (Porto  
Alegre/RS) / Rossana Klippel de Souza José. -- 2018.  
76 f.  
Orientadora: Zita Rosane Possamai.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Museologia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Museologia. 2. Fotografia. 3. Representação. 4.  
Coletivo Feminino Plural. 5. Feminismo. I. Possamai,  
Zita Rosane, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Bairro Santana

Porto Alegre – RS

Telefone (51) 33085067

E-mail: fabico@ufrgs.br

ROSSANA KLIPPEL DE SOUZA JOSÉ

**MULHERES, LUTAS E REPRESENTAÇÕES:  
A coleção fotográfica do Coletivo Feminino Plural  
(Porto Alegre/RS)**

Trabalho realizado como pré-requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Museologia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zita Rosane Possamai

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zita Rosane Possamai (UFRGS) – Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Carolina Gelmini de Faria (UFRGS) – Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Stephanou (UFRGS) – Examinadora

Porto Alegre

2018

Dedico este trabalho  
e conclusão de nova etapa  
à minha avó  
Rosemary Mildred Klippel de Souza.  
Às mulheres.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço

À minha mãe Rejane Klippel de Souza, minha tia Rosete Klippel de Souza e meu pai Osvaldo Manoel José, que sempre me apoiaram com amor e incentivo. Muito obrigada.

Ao meu amor, William Kurtz de Cesaro, por compartilhar sua presença em todos os momentos e me encorajar nas mais diversas peripécias da trajetória de TCC e fim de curso. Obrigada por tudo.

Às amigas e amigos, simplesmente pela amizade que torna mais leve completar cada etapa e por compreender e respeitar minhas temporárias ausências.

Às amigas e amigos do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul pelos mais sinceros empurrões motivadores e palavras de apoio certas em momentos necessários. Obrigada pelo compartilhamento de experiências.

Às colegas e aos colegas que comigo viveram bons momentos durante o curso de Museologia, especialmente as amigas Vanessa Inara Astigarraga dos Santos Leão, Camila Ribeiro da Silva e Jurema Oliveira Job. Obrigada pelas memórias.

Às professoras, aos professores, todas e todos profissionais do curso de Museologia da UFRGS pela dedicação e pelas inspirações. Tudo valeu a pena. Obrigada!! Com especial carinho às professoras Marlise Maria Giovanaz, Vanessa Teixeira Aquino e Giane Vargas Escobar.

À professora Ana Carolina Gelmini de Faria, pelas aulas sempre inspiradoras, pela positividade, pela orientação dedicada durante a concepção do projeto do presente trabalho e por aceitar participar de minha banca examinadora.

À professora Maria Stephanou, que também aceitou participar de minha banca examinadora, disponibilizando seu tempo e atenção, ainda que tenhamos nos apresentado recentemente. Obrigada!

À professora Zita Rosane Possamai. Agradeço pela orientação e parceria desde meu segundo semestre de curso, enquanto bolsista do GEMMUS - Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio, bolsista do Projeto Leituras da Cidade e, agora, orientanda de TCC. Principalmente, agradeço pela confiança e encorajamento durante todos esses anos de desafios da graduação, por me impulsionar a perceber e desenvolver os meus potenciais e minha resiliência.

Às integrantes do Coletivo Feminino Plural, de quem a confiança e acolhida desde o primeiro momento viabilizaram esse trabalho, que espero que contribua com visibilidade e instrumentos para o projeto de preservação de sua tão importante memória para o feminismo em Porto Alegre. Obrigada, por todas as vezes que me receberam e disponibilizaram toda atenção e acesso necessário para a realização desse objetivo. Obrigada, Leina Peres Rodrigues, Daiane Lopez Peixoto, Vanessa Rodrigues da Silva e Roberta Mello de Oliveira, com quem compartilhei mais tempo durante as tantas visitas necessárias para conhecer a organização e a coleção de fotografias.

À Museologia, pois não seria eu se não me tornasse, com orgulho, Bacharela em Museologia. Ao curso de Museologia da UFRGS, como um todo, mais uma vez: por cada aula, experiência, leitura, diálogo e conhecimento que, sem dúvidas, me propiciaram uma formação para além da profissional. Obrigada pelas conscientizações, desconstruções e exercícios de novas miradas.

À minha melhor amiga, Will, por ter resistido até aqui e me acompanhado especialmente durante toda a graduação.

À mim, por ter resistido às mais diversas intempéries e ter, uma vez mais, florescido.

*Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.*

*Simone de Beauvoir*

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se propõe a perceber quais as representações das mulheres na coleção de fotografias do Coletivo Feminino Plural, criado em 1996, em Porto Alegre/RS. Objetiva analisar o acervo fotográfico a fim de identificar a contribuição dessas representações para a memória e construção da história do feminismo na cidade. A partir da observação da ausência de trabalhos que atentem para as memórias visuais e materiais de grupos feministas no âmbito da Museologia, é verificada a relevância da proposta. Para compreender a atuação e contexto de surgimento dessa Organização Não Governamental, é realizada uma revisão histórica do feminismo como movimento social no Brasil e principalmente na cidade de Porto Alegre nas últimas décadas. Posteriormente, é refletida a relação entre Museologia e gênero, a partir da trajetória do caráter social dos museus. Reitera os potenciais de musealidade da fotografia e sua finalidade como acervo na construção de narrativas e preservação da memória. Analisa a coleção de fotografias, por uma abordagem qualitativa, a partir da metodologia sugerida pela bibliografia de Ana Mauad e conclui que as mulheres são representadas através de um viés de presença, protagonismo, resistência e pluralidade. Evidencia a necessidade de preservação, comunicação e pesquisa para os acervos documentais e materiais de grupos de movimentos sociais, a partir de uma perspectiva museológica.

**Palavras-chave:** Museologia. Feminismo. Fotografia. Representação.

## **ABSTRACT**

The present work proposes to perceive the representations of women in the collection of photographs of the Coletivo Feminino Plural, created in 1996, in Porto Alegre/RS. It aims to analyze the photographic collection in order to identify the contribution of these representations to the memory and construction of the history of feminism in the city. From the observation of the absence of works that focus on the visual and material memories of feminist groups within Museology, the relevance of the proposal. To understand the work and context of the emergence of this Non Governmental Organization, a historical review of feminism as a social movement in Brazil and especially in Porto Alegre in the last decades is carried out. Subsequently, the relationship between Museology and gender is reflected, from the trajectory of the social character of the museums. It reiterates the potential of the museality of photography and its purpose as a collection in the construction of narratives and preservation of memory. Analyzes the collection of photographs, by a qualitative approach, based on the methodology suggested by the bibliography of Ana Mauad and concludes that women are represented through a bias of presence, protagonism, resistance and plurality. It evidences the need for preservation, communication and research for the documentary and materials collections of groups of social movements, from a museological perspective.

**Keywords:** Museology. Feminism. Photography. Representation.

## LISTA DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Imagem 1: Mulheres contra todas as guerras – Brique Lilás - Dia Internacional da Mulher .....	54
Imagem 2: Mulheres contra todas as guerras – Brique Lilás - Dia Internacional da Mulher/ .....	55
Imagem 3: Marcha Mundial das Mulheres Contra a Violência e a Pobreza .....	55
Imagem 4: Marcha em defesa do Brasil.....	56
Imagem 5: Dia Internacional da Mulher.....	57
Imagem 6: Tribuna Popular da Câmara Municipal de Porto Alegre .....	57
Imagem 7: Movimento contra a redução da pena para estupro .....	58
Imagem 8: Seminário Mulheres no exercício de funções públicas.....	58
Imagem 9: Sobre COMDIM. Câmara Municipal de Porto Alegre. ....	59
Imagem 10: Seminário Lei 9099/95.....	59
Imagem 11: Posse COMDIM.....	61
Imagem 12: Exposição 10 anos Coletivo Feminino Plural .....	61
Imagem 13: Dia Internacional da Mulher.....	62
Imagem 14: Ato por Celmar. ....	62
Imagem 15: Projeto O Tempo Não Para .....	63
Imagem 16: Capacitação de servidoras públicas municipais. Coletivo Feminino Plural e PMPA.....	63
Imagem 17: Rede Mulher - Criação e trabalho - SMIC .....	64
Imagem 18: Projeto Meninas Sabidas.....	64
Imagem 19: Projeto O Tempo Não Para .....	65
Imagem 20: 1º Encontro do Coletivo Feminino Plural - Dia 1º de junho de 1996. Sindicato dos Petroleiros.....	67

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	13
<b>2 COLETIVO, MULHERES E PLURALIDADE</b>	17
<b>2.1 Movimento de mulheres e feminismos plurais</b>	20
<b>2.2 O Feminismo no Brasil</b>	22
2.2.1 Da década de 1970 a 1990 no contexto nacional e porto-alegrense	23
<b>2.3 Coletivo Feminino Plural</b>	27
<b>3 MUSEOLOGIA, GÊNERO E FOTOGRAFIA</b>	31
<b>3.1 O caráter social da Museologia e as mulheres nos museus</b>	32
<b>3.2 Narrativas, identidades e os outros</b>	38
<b>3.3 Fotografia e musealidade</b>	41
3.3.1 A coleção de fotografias do Coletivo Feminino Plural	44
<b>4 REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS</b>	46
<b>4.1 Primeira mirada: os assuntos fotografados</b>	48
<b>4.2 Segunda mirada: olhar e analisar</b>	54
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	70
<b>REFERÊNCIAS</b>	73

## 1 INTRODUÇÃO

Diante do contemporâneo debate sobre as antigas lutas femininas em busca de igualdade e respeito, o feminismo como uma forma de participação política é consolidado enquanto movimento indissociável às conquistas das mulheres. Apesar de permeado por desconhecimento por quem se mantém distante de suas pautas, e das diferentes correntes de pensamento dentro do próprio movimento, é inegável o viés feminista como o símbolo para uma emancipação das mulheres. No Brasil, as manifestações precursoras feministas na década de 1970 se relacionam intrinsecamente com o período de contestação à Ditadura Militar. Atualmente é facilmente observado que ser uma mulher feminista ainda é visto com uma conotação pejorativa, resquício sólido de décadas passadas, em que se confunde a busca pela igualdade por inversão da vigente opressão de gêneros. Ou, ainda, por conta da intenção da manutenção de privilégios.

No ano de 2017, a exposição curricular de curadoria dos alunos da disciplina de Práticas de Exposições Museológicas do curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) teve como temática a mulher. Os conceitos norteadores de *Nós Podemos! A mulher da submissão à subversão* foram: *We Can Do It*<sup>1</sup>, gênero<sup>2</sup>, público e privado, submissão e subversão, objetivando a reflexão sobre conquistas e lutas femininas. Além das pesquisas basilares necessárias para a concepção do projeto de exposição curricular, foram indispensáveis as articulações com alguns grupos femininos da região metropolitana de Porto Alegre, evidenciando a representatividade de mulheres que se organizam coletivamente na atuação política. A colaboração foi imprescindível para o desenvolvimento do núcleo expositivo *(Des)Igualdades*, onde foram abordadas as lutas femininas e que teve parte dedicada aos coletivos femininos e suas atuações, pautadas na sororidade<sup>3</sup>:

---

<sup>1</sup> “Nós podemos fazer isso!”, legenda da imagem de uma propaganda criada em 1943, nos Estados Unidos, objetivando incentivar as mulheres do país a realizar trabalhos extra-domésticos, devido a ausência masculina durante o contexto da Segunda Guerra Mundial. No entanto, a imagem foi ressignificada, adquirindo conotação de empoderamento e se tornando uma das imagens mais conhecidas do movimento feminista. Para ver mais em: BAKKER, Thaís; RIBEIRO, Stephanie. **We can do it**: as mulheres na força de trabalho. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/we-can-do-it-mulheres-na-forca-de-trabalho/>> Acesso em: 15 jun. 2018.

<sup>2</sup> Joan Scott define gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças sexuais e uma das formas de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1990).

<sup>3</sup> Termo referente à união, companheirismo, empatia e amizade entre mulheres. Opõe-se a idéia de rivalidade feminina.

um pacto de irmandade entre mulheres. A exposição contou com acervos desses grupos, proporcionando sua apresentação ou maior conhecimento por parte do público. Além disso, a cooperação também foi essencial para a realização de ações educativas como o cine-debate e a mesa redonda relacionados à temática.

Tive a oportunidade de participar da turma de dezoito alunas e alunos curadores na concepção da exposição *Nós Podemos! A mulher da submissão à subversão* nesse processo com duração de um ano. Na disciplina de Projeto de Curadoria Expográfica, em que o projeto da exposição foi elaborado, me interessei pessoalmente pela história e atuação dos coletivos feministas em Porto Alegre. Meu envolvimento com a temática como aluna do curso de Museologia foi potencializado pelo já interesse sobre o movimento de mulheres.

Coletivos, grupos, projetos formados por mulheres e baseados no empoderamento do gênero, ações políticas e apoio a mulheres em situações de vulnerabilidade atuam em Porto Alegre desde a década de 1970. Os grupos contemporâneos ganham mais visibilidade, principalmente, através de divulgações em redes sociais sobre suas ações e eventos. Alguns deles são dedicados a demandas mais específicas dentro do próprio recorte do gênero feminino, mas têm em comum os preceitos da autonomia e liberdade das mulheres. Durante o passar dos anos, tais grupos produzem, coletam e guardam registros materiais de suas memórias. Graças a objetos como esses, como ata de criação, livro de reuniões, documentos, materiais de divulgação, fotografias, bandeiras, entre outros, foi possível levar a cultura material desses coletivos para a exposição *Nós Podemos!* em forma de acervos. Conversas entre mediações e a avaliação do público permitiram perceber que visitantes tinham reações positivas referentes à atuação ativa dessas mulheres, tanto no sentido de já conhecer ou de descobrir a existência e reconhecer a importância de suas atividades.

Nesse sentido, é perceptível a importância da salvaguarda de documentos e objetos que revelam as trajetórias desses grupos de mulheres, suas histórias e lutas inerentes à materialidade que produzem ao longo do tempo. O presente trabalho de conclusão de curso visa aproximar a Museologia e os conceitos de movimento social, coleção e representação, cujo objeto de pesquisa é o Coletivo Feminino Plural de Porto Alegre.

O Coletivo Feminino Plural é um grupo de mulheres que se caracteriza como uma organização feminista não governamental fundada em 1996, cuja missão é “Contribuir para o empoderamento das mulheres e das meninas, promovendo seus direitos humanos e sua cidadania plena, com respeito às diferenças e à justiça social” (COLETIVO,[s.d.], doc. eletr.). Com vasto acervo documental e bibliográfico, reunido durante sua história, possui fotografias que datam desde o princípio da atuação, que registram o movimento de mulheres em Porto Alegre e a participação em espaços de poder, articulados às ações no âmbito dos direitos humanos e das políticas públicas.

O acervo fotográfico do Coletivo Feminino Plural, coletivo feminista que faz parte de um movimento social, detém materializada parte da história do feminismo em Porto Alegre. Reconhecer quem são as mulheres, quais suas lutas e a forma como lutam para alcançar uma igualdade auxilia a conceber o quanto as organizações sociais são importantes politicamente, quanto já foi trilhado e quanto ainda resta a fazer para que mulheres não sofram discriminação de gênero. Aprender sobre o passado, constatar sobre o presente e refletir sobre o futuro através da cultura visual, da qual as fotografias fazem parte, é uma das funções da Museologia, cuja base assenta-se sobre a pesquisa, preservação e comunicação da memória significativa para uma sociedade.

A partir dessas reflexões, o presente trabalho de conclusão de curso tem como problema de pesquisa: quais as representações das mulheres no acervo fotográfico do Coletivo Feminino Plural? Para responder a proposta, o objetivo geral definido é analisar o acervo fotográfico do Coletivo Feminino Plural a fim de identificar as representações femininas e a contribuição da coleção na memória e construção da história do feminismo em Porto Alegre. Os objetivos específicos são: refletir sobre a memória visual a partir de acervos de coletivos femininos e discutir sobre a importância da salvaguarda de fontes de informação, documentais ou tridimensionais, de movimentos sociais.

Se trata de uma pesquisa acadêmica, cuja técnica empregada é a documentação indireta (LAKATOS; MARCONI, 2003); o processo de coleta de dados será realizado através de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. A abordagem escolhida será qualitativa, com intuito de aprofundar subjetiva e intensamente o fenômeno pesquisado, a partir das fotografias do Coletivo Feminino

Plural. O objeto na abordagem qualitativa é justamente “[...] o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana” (MINAYO; SANCHES, 1993, p.245), relacionável com o conceito de representação (PESAVENTO, 2003). Os materiais utilizados para coleta de dados são a coleção de fotografias em papel e demais documentos do Coletivo Feminino Plural, como atas, relatórios e publicações.

Para chegar à análise das imagens e suas representações, é revisada brevemente, no segundo capítulo, a história do feminismo como movimento social no Brasil, principalmente nas últimas décadas, até chegar em Porto Alegre. É apresentada a conjuntura, em termos de movimentos sociais femininos, da cidade em que o Coletivo Feminino Plural surgiu e atua, no período de surgimento das ONGs feministas, entidades legalmente reconhecidas pelo Estado, criadas como mecanismos estatais voltados às políticas públicas de gênero. Nesse sentido, será possível compreender as trajetórias e relações entre os grupos prévios e contemporâneos à criação do coletivo, exemplificando quais bandeiras mais pautadas pelos grupos em questão que, apesar da heterogeneidade, partilham de identidades compartilhadas e demandas políticas e sociais das mulheres. O terceiro capítulo versa sobre a presença feminina nos museus, relação entre Museologia e gênero e seu vínculo com identidade e diferença, narrativas e representações, cenário em que a fotografia aparece como potencial acervo para ser preservado, pesquisado e comunicado. No quarto capítulo é apresentada a coleção fotográfica em questão e sua análise, a partir da metodologia através da separação das imagens em unidades e sua posterior interpretação a partir dos elementos e suas recorrências.

## 2 COLETIVO, MULHERES E PLURALIDADE

No presente capítulo, abordarei o movimento de mulheres como movimento social e o feminismo como manifestação resultante das reivindicações desses grupos. O movimento será contemplado brevemente do macro para o micro, traçando o histórico nacional até chegar a Porto Alegre e o auge dos coletivos e grupos na cidade, contexto em que o Coletivo Feminino Plural surgiu.

Uma perspectiva oportuna para adentrar o assunto do movimento de mulheres e, conseqüentemente do feminismo, é a questão acerca do que conhecemos como mundo público e mundo privado. Esse aspecto fez parte dos conceitos basilares escolhidos para a exposição curricular *Nós Podemos! A mulher da submissão à subversão*. A história desse movimento social, ainda permeado por tanto - conveniente - desconhecimento, pode ser pensada a partir da conquista e imersão das mulheres no espaço público:

O lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático, pelo menos no mundo ocidental, o qual, desde a Grécia antiga, pensa mais energicamente a cidadania e constrói a política como o coração da decisão e do poder. 'Uma mulher em público está sempre deslocada', diz Pitágoras. Prende-se à percepção da mulher uma ideia de desordem. (PERROT, 1998, p.8)

A associação entre o espaço público e os homens e o espaço privado e as mulheres parte de atribuições de gênero socialmente construídas. Valéria Silva (2013) pontua sobre como a construção do sistema de gênero está relacionada com o surgimento da propriedade privada. Nesse sentido, a desorganização das comunidades acarretou em mudanças na estrutura familiar, vinculada à monogamia e à garantia de herança aos filhos legítimos, protegendo interesses políticos e econômicos. A virgindade e a fidelidade feminina passaram a ser valorizadas como forma de defesa das propriedades masculinas contra herdeiros gerados fora do casamento. O controle pela propriedade, então, familiariza-se com controle do corpo e da sexualidade da mulher, que se projeta em sua apropriação dos espaços dentro da sociedade. Sobre esse enfoque, Valéria Silva argumenta que “[...] as mulheres passaram a ser prisioneiras em suas casas, o que possibilitou a criação de esferas pública e privada, dos papéis sexuais no lar e, a partir daí, a divisão sexual do trabalho.” (SILVA, 2013, p.129).

Jussara Prá e Marina Giongo (2015), a partir de uma revisão teórica sobre como os discursos das diferenças biológico/corporais embasaram por muito tempo a construção da discriminação de gênero, refletem sobre o consequente distanciamento da mulher do mundo público. Fator esse que relega a mulher a um segundo plano no âmbito da cidadania:

[...] a atribuição negativa à constituição corporal feminina legitimou a supremacia masculina na cultura ocidental. Oriundos desse pensamento os discursos biologizantes sustentaram por muito tempo o modelo de sexo único, o masculino, sendo o outro sexo, o feminino, a versão inacabada e imperfeita do “original”. Tais percepções circunscreveram as mulheres na vida privada (doméstico) e asseguraram a hegemonia masculina na vida pública. No mesmo sentido, as concepções endereçadas a exarcebar a inferioridade feminina negaram às mulheres a condição de sujeitos de direitos. No outro contexto, o modelo de dois sexos, embora respaldado pelos descobrimentos do mundo moderno, não sustou a noção de superioridade masculina. (GIONGO; PRÁ, 2015, p. 109)

O aspecto biológico da maternidade feminina era exaltado como a principal função social da mulher (FERNANDES, 2009), fomentando discursos para sua identidade atrelada “necessariamente” e “naturalmente” ao doméstico. No entanto, nenhum desses pensamentos encontra-se proscrito na realidade das mulheres, de diversos contextos - aqui enfatizando o brasileiro -, questão verificada ainda nas políticas públicas e na concepção da sociedade. Um fácil e cotidiano exercício para a verificação dessa problemática é quando uma mulher adulta, independente de sua idade, externa a sua ausência de desejo em ser mãe. As muitas respostas, em sua maioria não solicitadas, sobre o assunto exprimem uma ideia de que a existência da mulher será “anulada”, caso a maternidade não seja experienciada por parte dela. Questão relacionada, inclusive, a protocolos médicos para a contracepção feminina:

[...] os psiquiatras compartilhavam a ideia de que a maternidade, vista como a verdadeira essência das mulheres, constituía um dos remédios mais eficazes para prevenir e curar os distúrbios mentais. Assim, as mulheres que não podiam ou não desejavam ter filhos eram consideradas incapazes física, moral ou psiquicamente. Estas mulheres acabariam experimentando algum tipo de insanidade ao longo de suas vidas. (FERNANDES, 2009, p. 1060)

Mesmo após a separação entre reprodução e sexualidade e o desenvolvimento de métodos contraceptivos, os tabus e controle que envolvem os corpos das mulheres manifestam consequências sexistas entre aquelas que são ou não mães e, em caso positivo, se a maternidade foi ou não uma escolha. O que realmente as faz compartilhar os preconceitos enraizados de gênero é o “ser mulher”, mesmo que muitas não estejam conscientes dessa ainda presente discriminação, tão bem arraigado o patriarcado se encontra na sociedade. Outro fácil exercício sobre sexismo é perceber o quanto ainda é difícil conceber mulheres em posição de poder sem que isso cause entre muitos homens, no mínimo, impacto, estranhamento, desmerecimento, porque ali “não deveria ser o seu lugar”. Não por sua competência, mas porque ela “ousou” ser um ser humano, dotado de direitos:

É porque do ponto de vista dos homens — e é o que adotam os psicanalistas de ambos os sexos — consideram-se femininas as condutas de alienação, e viris aquelas em que o sujeito afirma sua transcendência. Um historiador da mulher, Donaldson, observava que as definições: "O homem é um ser humano macho, a mulher é um ser humano fêmeo", foram assimetricamente mutiladas; é particularmente entre os psicanalistas que o homem é definido como ser humano e a mulher como fêmea: todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que ela imita o macho. (BEAUVOIR, 1980, p. 72)

As desigualdades de gênero passaram a penetrar a esfera pública, situação refletida na socialização de homens e mulheres, transmitindo através das gerações as relações subjetivas vigentes. A continuidade naturalizada da educação baseada em estereótipos de gênero determina consequências de caráter material e coletivo, culminando nas numerosas estatísticas e notícias de violência contra a mulher e feminicídio<sup>4</sup>. A sociedade machista, que faz parte da realidade brasileira, teve seus alicerces fortemente constituídos pelo controle da liberdade da mulher. O levante histórico resultante é a luta organizada, individual e compartilhada, de mulheres em busca de subverter as discrepantes relações de gênero no âmbito político e social.

---

<sup>4</sup> Assassinato de mulheres baseado no gênero, configurando crime de ódio. No Brasil, o crime foi definido legalmente, em circunstância qualificadora de homicídio, desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104 em 2015.

## 2.1 Movimento de mulheres e feminismos plurais

O feminismo ou o movimento de mulheres, de forma mais ampla, será referido através do conceito de movimento social de Diani (1992). O autor considera movimento social como “[...] uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas num conflito político ou cultural, baseados numa identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p.13 apud SILVA, 2013, p. 21). Nessa perspectiva, a identidade compartilhada do “ser mulher” é o fator de convergência que perpassa formas de organização do movimento de mulheres em busca de direitos que contemplem tal identidade, mesmo com especificidades devido à multiplicidade das personagens envolvidas. O movimento de mulheres foi e é heterogêneo, plural e segmentado. No caso do Brasil, no início do movimento, por exemplo, Cynthia Sarti (2004) ressalta que, como ideologia, o feminismo teve abrangência restrita a um setor do movimento de mulheres. Embora ambos indissociáveis, na luta por igualdade, o movimento de mulheres, de modo geral, buscava o direito de intervir no mundo público, mas não necessariamente problematizava a condição da opressão da mulher devido aos papéis de gênero socialmente atribuídos, cerne da causa feminista. Ambos se aproximam e tem sua importância histórica incontestável no contexto da trajetória pela autonomia feminina, sendo considerados feministas os grupos que assim se definem dentro do movimento de mulheres (CAMURÇA; SILVA, 2010). O Coletivo Feminino Plural se considera uma organização não-governamental feminista, sendo assim, também parte do movimento de mulheres, que é um movimento social que, envolto por diferenças internas, tem seus sujeitos de luta compartilhando ideais de liberdade, igualdade e autonomia para todas as mulheres.

Os grupos que se consideram feministas também têm divergências específicas entre si, mesmo compartilhando uma luta mais ampla em comum. Sobre o feminismo no Brasil, Céli Pinto destaca:

[...] tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas. Sua história, desde os primeiros momentos, mas principalmente após os anos 1960, quando de sua grande vaga, foi pautada por esta multiplicidade, em

que os momentos unitários foram efêmeros e com objetivos muito específicos. (PINTO, 2003, p.9)

Desde o princípio, vertentes diferentes constituíram o que vem a ser conhecido como o feminismo. O feminismo como movimento político e intelectual surgiu na virada do século XVIII, relacionado com a Revolução Francesa. É importante destacar que, apesar de uma determinada vertente se mostrar como mais expressiva em alguma época, inclinações diferentes do feminismo e movimento de mulheres coexistiram (e ainda o fazem) durante a história. Apesar de um “feminismo liberal” nascido no século XVIII na Europa e Estados Unidos, marcado por um viés classista, logo mais líderes sufragistas advogavam pela abolição da escravatura. Sobre a questão, julgo relevante lembrar o nome de Sojourner Truth (c. 1797-1883), que Valéria Silva (2013) menciona em sua dissertação. Sojourner Truth foi uma abolicionista afro-americana e ativista pelos direitos das mulheres, escritora, oradora política, que anteriormente foi empregada doméstica. Truth nasceu em cativo em Swartekill, Nova York e foi escravizada até o final de 1826. Seu mais famoso discurso, “Ain’t I a woman?”, foi pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio:

Aquele homem que diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, erguidas para passar sobre valas e receber os melhores lugares em todas as partes. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama nem me deu qualquer bom lugar! Eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem pro meu braço! Tenho arado e plantado e recolhido em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E eu não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem - quando consigo o que comer - e aguentar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Dei à luz treze filhos e vi a grande maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei com minha dor de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher? (BRAH, 2004, p. 77 apud SILVA, 2013, p. 29)

O discurso de Truth exemplifica um dos maiores debates internos do feminismo, referente ao feminismo “para quem”, visto que dentro do recorte de gênero, há tanta diversidade que apenas o “ser mulher” não contempla. Por conta disso, o próprio movimento feminista foi criticado, principalmente nas décadas de 1960 a 1970, com questões que permanecem atuais, relacionadas à consideração de falta de recorte racial, de classe e de sexualidade (SILVA, 2013).

## 2.2 Feminismo no Brasil

A história do feminismo no Brasil é a de mulheres que se organizaram de forma individual ou coletiva em nome da defesa dos direitos das mulheres. Céli Regina Jardim Pinto (2003), em seu livro “Uma história do feminismo no Brasil”, evidencia a particularidade do movimento no país. A autora entende os primórdios do movimento como o período que se estende da virada do século XIX para o século XX até 1932, quando as mulheres conquistaram o direito de votar. O “período de refluxo” se seguiria até a década de 1970, surgindo o feminismo brasileiro contextualizado particularmente pelo caráter de contestação à Ditadura Militar. Na luta armada, mulheres desafiaram duplamente o regime ditatorial imposto e os padrões de gênero e sofreram violências específicas do “ser mulher”. Com o exílio no exterior, muitas mulheres entraram em contato com o feminismo europeu e norte-americano, que já exercia gradual influência no Brasil, proveniente do contato com mulheres intelectuais.

No Brasil, no século XIX, mulheres já lutavam individualmente pelo direito ao voto e à candidatura. Durante as primeiras décadas mais expressivas, o movimento esteve associado a personalidades, na maioria das vezes mulheres privilegiadas por participar e transitar pelas elites intelectual e econômica. Céli Pinto (2003) destaca três vertentes e a forma como foram interpretadas e assimiladas pela sociedade pelo grau de “bom comportamento” do movimento em questão, ou seja, pela institucionalização e por quanto os papéis de gênero eram questionados. Bertha Lutz, liderando a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos com a luta e conquista do voto feminino, em 1932, era porta voz de um feminismo bastante organizado e institucionalizado. Considerado “bem-comportado”, uma vez que a luta pela inclusão no mundo público não chegava aos limites de propor alterações da posição de poder do homem em relação à mulher. É o reflexo da “primeira onda” do feminismo, num contexto mundial, que se reporta ao seu surgimento de forma mais significativa, intimamente ligado ao liberalismo e que tomou fôlego primeiramente na Inglaterra, França, Estados Unidos e Espanha (KOLLER; NARVAZ, 2006). Considerado um movimento de “mulheres brancas de classe média”, suas principais pautas foram o acesso à educação formal, ao trabalho remunerado e ao voto (BITTENCOURT, 2015).

No início do século XX, um feminismo brasileiro em sua versão “menos comportada” (PINTO, 2003) e mais heterogênea se apresentava a partir de manifestações de uma imprensa feminista alternativa, sustentada por mulheres cultas e de vidas públicas, como escritoras, jornalistas e professoras. Nesse contexto, a sexualidade e a dominação dos homens passavam a serem temáticas recorrentes. A versão “malcomportada” do feminismo seria, conforme a autora, aquele que objetivava a liberação da mulher de forma radical e que problematizava a exploração do trabalho, expresso no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Dessa versão faziam parte trabalhadoras, intelectuais e militantes de esquerda, tendo como uma das representantes, Maria Lacerda de Moura. Conhecida, entre outros, pela noção de “emancipação feminina”, da qual questionava “Em que consiste a emancipação feminina? De que serve o direito político para meia dúzia de mulheres, si [sic] toda a multidão feminina continua vítima de uma organização social de privilégios e castas em que o homem tomou todas as partes do leão.” (MOURA, 1932, p. 39 apud PACHECO, 2010, p. 71). Essas manifestações do feminismo precederam os anos 1970, período de maior crescimento do movimento no Brasil.

### 2.2.1 Da década de 1970 a 1990 no contexto nacional e porto-alegrense

O eco do feminismo no Brasil soou mais alto na década de 1970, estando profundamente relacionado ao contexto político vivido no país. O movimento teve como marca a oposição à ordem política instituída desde o golpe de 1964 e foi influenciado pelo feminismo expressivo nos Estados Unidos e Europa. Os primeiros grupos feministas começavam a se formar em São Paulo e Rio de Janeiro (PINTO, 2003). Cynthia Sarti evidencia a relevância do período para as mulheres brasileiras:

Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressaltar a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões em toda a sociedade brasileira. (SARTI, 2004, p. 36)

Traços elementares do feminismo como parte do movimento de mulheres no Brasil que devem ser considerados visando sua compreensão são a particularidade do período político e social em que tomou forma mais articulada, a pluralidade de mulheres envolvidas e sua importância para conquistas e reflexões no espaço público e privado.

A conotação pejorativa de feminismo, que muitas vezes ainda vem a ser o primeiro contato que se tem acerca da temática, era mais acentuada no princípio de sua efervescência no Brasil. Politicamente, as feministas se viam na margem entre dois lados divergentes. Para a direita, o feminismo era ao mesmo tempo imoral e desafiador à ordem conservadora onde a mulher não tinha lugar no mundo público. Apesar da articulação da esquerda propiciar terreno fértil para o desenvolvimento do movimento de mulheres e sua participação para além do mundo privado, também era visto, a partir de certas reivindicações, como um desvio na luta do proletariado por sua libertação ou um “reformismo burguês”, conforme menciona Sarti (2004). Essas divergências ocasionaram cisões dentro do próprio movimento feminista, questão que já aconteceria naturalmente se levar em conta a pluralidade de sujeitos envolvidos nesse movimento social, as demandas e prioridades específicas das mulheres a partir de recortes para além da questão de gênero.

Sobre a década de 1970, é possível perceber um aspecto no movimento referente a um impasse do feminismo como uma luta específica ou uma luta em contexto mais geral. Alguns grupos de mulheres operavam de forma mais independente, sem vinculações a partidos e outras organizações e defendiam a autonomia e prioritariamente debates que pairavam exclusivamente sobre o “ser mulher”. A outra parcela dos grupos partia de uma abordagem de que a luta feminista estava contida em um contexto mais geral de luta política, sempre perpassando a perspectiva de classe como âncora das reivindicações e se vinculavam com outros grupos do campo da esquerda. Sarti (2004) destaca a tendência do feminismo brasileiro, que em sua particularidade, deu corpo a um movimento que conciliava essas duas influências:

[...] por um lado, tem-se a influência do campo da esquerda a partir das concepções socialistas, portanto a partir de uma leitura social da

realidade calcada na divisão de classes e comprometida com uma transformação radical da sociedade, e, por outro, a influência das ideias europeias e norte-americanas de estruturação social segundo o patriarcado - opressão das mulheres baseadas na supremacia do poder masculino, atribuído ao homem. (SARTI, 2004, p. 56)

O ano de 1975 foi de grande importância na história do feminismo brasileiro e mundial, abrindo espaço definitivo da mulher no mundo público. No país, a repressão na ditadura militar teve responsabilidade no fato do movimento, até então, acontecer entre grupos específicos de mulheres intelectualizadas, com reuniões restritas. A ONU (Organização das Nações Unidas) definiu 1975 como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, desencadeando eventos que tinham temática centrada nos direitos para as mulheres. Do primeiro deles, realizado no Rio de Janeiro, chamado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, organizado por grupos informais de mulheres que buscaram patrocínio da ONU, foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que atuou até 1979. Ainda em 1975, iniciaram as reuniões anuais da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência e foi organizado o Movimento Feminino pela Anistia e outros grupos também passaram a existir abertamente. Sobre a referida década, Céli Pinto conclui que:

[...] no fim da década, havia um fato inegável: o movimento feminista existia no Brasil. Frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presente, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos, tanto dos militares como dos companheiros da esquerda. (PINTO, 2003, p. 66)

Natalia Méndez (2005) enfatiza que, em Porto Alegre, durante a década de 1970 e 1980, a atuação de sete grupos feministas autônomos: Costela de Adão, Grupo de Mulheres de Porto Alegre, Movimento da Mulher pela Libertação, Ação Mulher, Liberta, SOS Mulher e Acorda Maria. Para exemplificar a multiplicidade do discurso feminista nesse recorte temporal e local, a autora analisa três temas recorrentes: “feminismo e transformação social”, “ser mulher e ser feminista”, “a opressão individual é política”. O primeiro era expresso através de um processo de transformação social inserido no discurso feminista, no sentido de mudanças estruturais na sociedade. A segunda vertente era protagonizada por mulheres da

classe média porto-alegrense que demonstravam interesse em dialogar com as mulheres proletárias e que davam voz às demandas das organizações de bairro. A terceira manifestação visava discutir o mundo privado e público na vida das mulheres, de forma que temas como violência doméstica, sexualidade feminina, divisão sexual do trabalho doméstico foram expostos como questões coletivas compartilhadas pelo gênero feminino e, portanto, política. Sobre essas três abordagens, Méndez analisa “[...] como o discurso feminista articulou um projeto de transformação na sociedade, apontando para a necessidade de mudanças nas relações sociais e nas esferas estruturais econômicas e políticas, mas igualmente no cotidiano das mulheres.” (MENDÉZ, 2005, p. 12).

Os referidos grupos de bairro reivindicavam questões referentes à “forma tradicional de identificação social da mulher” (SARTI, 2004), como melhorias na estrutura urbana básica para as condições e vida das famílias. Mesmo sem questionar os padrões de gênero, esse processo retirava essas mulheres do mundo privado, levantando voz nas ruas para que suas demandas fossem ouvidas. Os grupos denominados feministas, de camadas médias e já articulados, atuaram agregando as necessidades femininas das organizações de bairro em suas pautas, propiciando o início de um movimento interclasses.

O movimento se consolidava na década de 1980: as exiladas voltavam ao país após a anistia de 1979, com uma bagagem do feminismo europeu e fortalecendo o movimento de mulheres no Brasil (PINTO, 2003). Sarti afirma que “Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.” (SARTI, 2004, p. 42). A década contemplou o fim da ditadura militar no Brasil e um marco para a história das mulheres, a Constituição Federal de 1988. Em 1987, quando da Assembleia Nacional Constituinte, visando a elaboração da nova Constituição, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), movimento de mulheres, organizações feministas e deputadas direcionaram a campanha “Constituinte pra valer tem que ter Palavra de Mulher”, originando o movimento intitulado *lobby* do batom. A “Carta das mulheres à Assembleia Constituinte”, com demandas de mulheres rurais e urbanas, continha emendas propostas que objetivavam a igualdade de gênero (SILVA, 2013). A partir da organização dessas mulheres em lutar para que suas propostas fossem votadas favoravelmente, é

possível citar o artigo 5º inciso I da Constituição Federal, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 1988, doc. eletr.).

Valéria Silva (2013) destaca o processo de redemocratização nacional e a busca do Estado por modernização e por legitimidade frente à população e aos outros Estados, nos anos 1990. O termo “gênero” passou a ser incluído nos debates e na elaboração de políticas públicas e a sociedade civil ganhou mais espaço na esfera político-institucional para que suas reivindicações fossem ouvidas.

### 2.3 Coletivo Feminino Plural

O Coletivo Feminino Plural, que originou o acervo de fotografias que são analisadas na presente pesquisa, foi fundado em 1996, mas teve sua origem intimamente ligada ao marcante ano de 1975. Aquele que foi declarado o Ano Internacional da Mulher e o primeiro da década da mulher, pela ONU, foi o grande estalar que o lumaréu de lutas femininas por igualdade e liberdade precisava para que as vozes das diversas mulheres ganhassem, enfim, mais reconhecimento e fossem mais ouvidas publicamente.

O site do coletivo apresenta “marcos teóricos” na página de descrição institucional: Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) (1979)<sup>5</sup>, Conferência do Cairo (1993)<sup>6</sup>, Convenção de Direitos Humanos de Viena (1994)<sup>7</sup>, Convenção de Belém do Pará (1995)<sup>8</sup> e Convenção de Beijing (1995)<sup>9</sup>. Valéria Silva (2013) contextualiza a relevância das convenções e tratados resultantes da visibilidade adquirida pela temática da mulher, no âmbito mundial, a partir do reconhecimento da ONU frente à discriminação de gênero. Esses eventos e consequentes documentos aproximaram mais mulheres à

---

<sup>5</sup> Reconhecida como mais importante legislação internacional sobre os direitos da mulher, em que foi definido o que se constitui como discriminação das mulheres. (NEGRÃO, 2006, p. 30 apud SILVA, 2013).

<sup>6</sup> Reconheceu os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. (SILVA, 2013).

<sup>7</sup> Insere meninas e mulheres no contexto dos direitos humanos. (SILVA, 2013).

<sup>8</sup> Afirma que a violência contra a mulher constitui violação aos direitos humanos. (SILVA, 2013).

<sup>9</sup> Documento que "elencas 12 esferas de atuação como prioritárias para a promoção da mulher: pobreza, educação, capacitação, saúde, conflito armado, economia, poder e participação no processo decisório, mecanismos institucionais para assegurar a igualdade de gênero, direitos humanos, mídia, meio ambiente, meninas e violência contra a mulher." (NEGRÃO, 2006, p. 30 apud SILVA, 2013, p. 141)

temática feminista, fomentando o já engajamento político feminino elevado desde a década de 1970, incentivando a atuação pública das mulheres em nome da garantia para o cumprimento de suas deliberações. A autora enfatiza os chamados “contraencontros”, que ocorriam paralelamente durante as conferências. Esses encontros propiciavam a apropriação dos temas por parte das mulheres, para aprimorar o debate pela defesa de suas questões durante as conferências. Essa necessidade culminou na formação de organizações femininas ou integração de mulheres às organizações já existentes e atuantes. Na década de 1990, a ONU passa a incentivar mais enfaticamente o protagonismo social, oportunizando maior espaço para a sociedade civil. Nesse cenário, conforme afirma Silva (2013), a formação de ONGs feministas configuraram-se por representantes dos interesses das mulheres. Para a autora as importantes consequências das organizações femininas são: incentivo à conscientização política das mulheres, a inserção das mulheres na esfera pública comunitária e criação de grupos autônomos de mulheres. (Idem, 2013). O contexto histórico e social apresentado, período de efervescência para os direitos das mulheres, é o impulsionador para a criação do Coletivo Feminino Plural.

Conforme descrito anteriormente, no cenário porto-alegrense, outros grupos femininos já atuavam se articulando a partir da década de 1970. Em sua dissertação, Silva (2013) contemplou o surgimento do Coletivo Feminino Plural e do Movimento de Mulheres Camponesas a partir de pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com dirigentes e coordenadoras das organizações que atuaram em diferentes períodos. O reconhecimento dos direitos da mulher, como direitos humanos, temática fundamental nas discussões da ONU, tem relação direta com o grupo em questão. Em 1995, a então vereadora Maria do Rosário obteve êxito em aprovar na Câmara Municipal de Porto Alegre a lei que institui o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (COMDIM)<sup>10</sup>. Para a atuação do conselho, se fazia necessária a eleição de mulheres não governamentais através de um fórum. Dessa forma, o grupo feminino que já atuava na cidade foi formalizado, devido à imprescindibilidade de uma organização de mulheres para efetivação do fórum:

---

<sup>10</sup> A criação do COMDIM é uma medida voltada para garantir uma esfera pública com representantes da comunidade local e dos órgãos governamentais, para monitorar o impacto das políticas públicas na proteção e efetivação dos direitos das mulheres, e também, para investigar as violações de direitos no território municipal.

Elas então resolveram formalizar o grupo como uma organização não-governamental, o que lhes possibilitaria cumprir as etapas necessárias para ocupar os cargos do COMDIM. No dia oito de março de 1996, no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, numa atividade alusiva ao Dia Internacional da Mulher, o grupo resolveu se formalizar e fundar, assim, a ONG Coletivo Feminino Plural. (SILVA, 2013, p. 76)

A ONG possui estatuto, atualizado em 2017, registrado no 1º Serviço Civil de Pessoas Jurídicas de Porto Alegre. Além da missão, o documento dispõe sobre seus objetivos “voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância social e pública”, suas propostas, associadas, sua constituição (Assembleia Geral, Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo) e devidas atribuições e eleições, patrimônio e disposições gerais. Durante os 22 anos de funcionamento, muitas participações e parcerias foram necessárias e campanhas e projetos foram executados para que a missão para a qual a organização se propõe seja diariamente alcançada. O Coletivo possui associações em nível nacional e internacional<sup>11</sup>.

Silva (2013) através de quadros e repertórios das ações do Coletivo Feminino Plural possibilita a análise de questões fundamentais para a melhor compreensão do que move a organização e de como ela atua. Acerca do feminismo, o sujeito pelo qual se luta na organização são mulheres e meninas. As meninas, para desde cedo se aproximarem do empoderamento, visto que a socialização é o meio de propagação da reprodução da cultura machista. Apesar do público abrangente pelo qual se luta, as mulheres e as meninas, é observado que:

---

<sup>11</sup> Conselhos: Conselho estadual dos Direitos da Mulher/RS, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher/POA, Conselho Municipal de Saúde/Cismu/POA.  
Fóruns: Fórum Municipal da Mulher, Fórum Estadual da Mulher, Fórum da Criança e do Adolescente, Fórum Ong Aids, Movimento pelo Fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Fórum pelas Liberdades Laicas.  
Em nível nacional: Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (Sede da Regional do RS), Movimento Nacional de Direitos Humanos, Observatório pela Implementação da Lei Maria da Penha.  
Em nível internacional: Associada à Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe (RSMLAC); Associada à Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos; Associada à Campanha por uma Convenção dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Associada à Associação para os Direitos da Mulher no Desenvolvimento (AWID).

[...] segundo o Coletivo Feminino Plural, é uma luta que, através do relevo dado às desigualdades de gênero, articuladas com outras formas de desigualdades [...] visa à equidade de gênero e o empoderamento feminino, comprometendo-se, para isso, com à luta pelos direitos humanos e cidadania de mulheres e meninas (SILVA, 2013, p. 128)

A identidade coletiva compartilhada, de ser mulher ou de ser menina, como visto na conceituação de movimento social, existe a partir de uma pluralidade de indivíduos que constituem recortes diferentes devido as suas realidades sociais, ocasionando em demandas específicas dentro do próprio recorte de gênero. O Coletivo Feminino Plural atua em prol da cidadania de mulheres e meninas, ciente dos recortes de raça, classe, sexualidade e demais diversidades inseridas nesse contexto de sujeito de luta e por qual se luta.

### 3 MUSEOLOGIA, GÊNERO E FOTOGRAFIA

No presente capítulo, é feita uma breve retrospectiva dos marcos teóricos da Museologia que, assim como o feminismo, também compartilha de encontros internacionais e documentos para novos referenciais, tanto na ciência social aplicada, quando no movimento social. Os marcos teóricos não representam pontos de partida de novos pensamentos, metodologias, paradigmas em si, mas sim como consumação institucionalizada e visibilizada de demandas já em ebulição na Museologia e no movimento feminista. Para a Museologia, a acentuação de seu caráter e compromisso social, desprendendo-se de uma inércia frente à sociedade, sugerem a necessidade de novos olhares para recortes sociais, até então, excluídos das narrativas hegemônicas. Ou, ainda que presentes, narrativas a partir de uma visão engessada do outro, abreviando mecanismos de uma genuína disseminação da diversidade cultural. Sobre essas lacunas que brandiam as memórias silenciadas ou sufocadas, em sua própria ausência, Oliveira e Queiroz (2017) apontam:

Durante muito tempo, os museus se aproximaram da história política, social, científica e artística sem que os embates fossem sequer apresentados como parte da dinâmica social. Nesse sentido, de modo geral, os museus tendem a ser omissos em relação às disputas que se travam no campo da cultura e da memória, principalmente quando se trata da história e da memória das mulheres e da sua participação na vida social, política, científica, artística e cultural do Brasil. (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2017, p. 73)

Aqui, reflete-se sobre a presença e atuação feminina nos museus e, então, a relação entre gênero e Museologia, tendo em vista seu compromisso social. Nesse contexto de potenciais acervos museológicos propícios para problematizar as questões de identidade e representatividade, estão inclusas as fotografias. Ao final do capítulo, é apresentada e contextualizada a coleção de fotografias do Coletivo Feminino Plural, das quais as fotografias físicas dos primeiros anos de atuação da instituição foram escolhidas para responder ao questionamento do presente trabalho de conclusão de curso.

### 3.1 O caráter social da Museologia e as mulheres nos museus

É possível estabelecer um paralelo sobre como o mesmo período histórico representou uma abertura para novos paradigmas no movimento de mulheres e na ciência social aplicada Museologia. Enquanto, na década de 1970, o feminismo como movimento social tomava forma no Brasil, sendo moldado pelo seu caráter de oposição à ditadura civil-militar, o mesmo período trazia novos panoramas para o âmbito da Museologia, principalmente no contexto da América Latina. Esta que, assim como o Brasil, compartilhava de um período protagonizado pela instalação de regimes militares. Mário Chagas e Inês Gouveia (2014), ao retomar sobre o livro "Os Museus no Mundo", publicado em 1979 no Brasil, na Espanha e na Suíça, tematizam exatamente sobre a sua importância para a Museologia e o contexto histórico dessa publicação, do qual constava uma entrevista com Hugues de Varine. O mundo do museu não permaneceu inerte às movimentações sociais ao seu redor nos anos 1960 e 1970:

Os jovens, por todo canto, manifestavam suas insatisfações com o sistema estabelecido e com as guerras, anunciavam uma era de paz e amor e produziam novos modos de vida e novas formas de comportamento. A América Latina vivia o drama das ditaduras militares, das torturas e das perseguições políticas e ao mesmo tempo dos movimentos de luta e de resistência. (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 9)

A entrevista de Hugues de Varine e o livro em que foi publicada, como sublinham Gouveia e Chagas (2014), respaldava rebeldia, inovação e renovação no campo museal, embora esses aspectos ainda não fossem abordados nos cursos de formação profissional em Museologia no Brasil, segundo os autores. No que tange à origem dos museus, para demonstrar o antagonismo aos propósitos museológicos contemporâneos, Hugues de Varine indicou que:

A partir de princípios do século XIX, o desenvolvimento dos museus no resto do mundo é um fenômeno puramente colonialista. Foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus. Assim, os museus na maioria das nações são criações da etapa

histórica colonialista. (VARINE, 1979, p.12 apud CHAGAS, GOUVEA, 2014, p.10)

Durante sua trajetória, os museus e a Museologia passaram por mudanças em seus objetivos e fundamentos, na direção de ter suas ações focadas nos seres humanos e não mais apenas na materialidade exposta. A educação é um ponto chave que auxilia na compreensão da narrativa da história dos museus e da Museologia. A educação é faz parte da instituição museu, mas as mudanças ocorridas foram no sentido de “para quem” e “como” passa a se dar essa educação e, até mesmo, questionamentos de “o quê” seria essa educação. Nesse sentido, assim como o feminismo, a Museologia também tem como marcos teóricos encontros internacionais da área, que geraram documentos.

Para Peter van Mensch (1992), no contexto mundial, uma primeira revolução dos museus foi iniciada no final do século XIX. Um movimento de modernização dos museus foi resultado da necessidade de lidar com questões práticas diárias, compartilhadas pelas diferentes tipologias de museus. Manuais e cursos de capacitação foram instrumentos para uma forte orientação educacional, centrado no caráter educativo do museu, com o “museólogo-educador”. O período que o autor define como segunda revolução foi iniciado nas décadas de 1960 e 1970 e teve como resultado - dessas novas perspectivas de um compromisso social mais estreito com as sociedades - três documentos que são considerados marcos para a Museologia: Carta de Santiago do Chile (1972)<sup>12</sup>, Declaração de Quebec (1984)<sup>13</sup> e Declaração de Caracas (1992)<sup>14</sup>, produzidos no âmbito do International Council of Museums (ICOM). Esse período acentuava o desenvolvimento social, com o “museólogo-reformista”. Documento prévio aos três referidos e que também se consolida como um marco para a Museologia é o Seminário Regional da UNESCO,

---

<sup>12</sup> Formulação do conceito de museu integral, no qual as funções de preservação, pesquisa e comunicação devem ser inter-relacionadas e ao meio ambiente natural e cultural. Nesse sentido, somando interdisciplinaridade e socialização. (MENSCH, 1992).

<sup>13</sup> Legitimação do movimento da Nova Museologia, afirmando a função social do museu e princípios humanitários para alicerçar suas intervenções em caráter global, “Por oposição a uma museologia de coleções, tomava forma uma museologia de preocupações de caráter social.” (MOUTINHO, 1995, p. 26).

<sup>14</sup> Revisão do conceito de museu integral. Horta (1995) destaca sua transformação em “museu integrado” (como termo não formulado, mas implícito). Afirma a autora que, “propõe-se ações e processos que contemplam e consideram as particularidades de cada contexto local e específico, no qual atuam e se situam.” (HORTA, 1995, p. 35) O museu é concebido como meio de comunicação, com compromissos conscientes para com a comunidade.

sobre a função educativa dos Museus que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1958. Esses encontros e documentos foram fundamentais na legitimação do processo de transição do foco dos museus, deixando de ser o objeto e passando a ser a comunidade.

Com o enfoque museológico direcionando para as pessoas, pautas sociais ganham mais destaque nos museus e na Museologia. Assim como pondera Maria Margareth Lopes (2006), os museus musealizam, entre outros, os contextos sociais. Nesse sentido, o processo de musealização<sup>15</sup> que, envolve a comunicação, está atravessado por intencionalidade, discursos e posicionamentos que, por sua vez, são políticos. Muito mais que meramente um cenário para esse processo, os museus são potencialmente impulsionadores de reflexões, onde visibilidades e invisibilidades são trabalhadas e disputadas diariamente, visto que memória, preservação e identidade estão em jogo.

Michele Perrot (2011 apud OLIVEIRA; QUEIROZ, 2017) relembra o pensamento do poeta francês Charles Baudelaire que considerava que os museus eram os únicos locais convenientes para uma mulher. Para Ana Cristina de Oliveira e Marijana Queiroz, isso "[...] indicava, de certa forma, uma tensão acerca da entrada e da ocupação das mulheres nos espaços públicos e no universo cultural e intelectual." (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2017, p. 64). Ainda sobre a presença e atuação feminina nos museus, Maria Margareth Lopes, destaca que "[...] as mulheres têm atuado, e de forma decisiva, nos museus há séculos, embora sua atuação não venha sendo reconhecida" (LOPES, 2006, p. 41), questão também constatada pela edição da Revista Museum, da Unesco, em 1991, com o tema "museus e mulheres".

A partir das citações é possível fazer o cruzamento entre mulheres e a invisibilidade nos museus, questão que paira também sobre a presença do gênero feminino nos ambientes públicos. Mais uma vez, a figura de Bertha Lutz, líder sufragista, surge como significativa. Uma mulher que protagonizou o feminismo e também a Museologia. Maria Margareth Lopes (2006) afirma que Lutz teria sido a única profissional especializada em museus no Brasil na década de 1930. No

---

<sup>15</sup> O processo de musealização difere da simples institucionalização e ocorre através de ações sobre os objetos: aquisição, pesquisa, conservação e comunicação. Conforme Marília Xavier Cury, "o processo inicia-se ao selecionar um objeto de seu contexto e completa-se ao apresentá-lo publicamente por meio de exposições, de atividades educativas e de outras formas." (CURY, 2005, p. 26).

entanto, conforme evidencia a autora, “[...] sua atividade como profissional de museu foi praticamente ignorada, se não até mesmo obscurecida, pelas histórias socialmente engajadas” (LOPES, 2006, p. 41), mesmo com seu vasto currículo. Lutz, que também foi cientista, deputada e advogada, funcionária do setor de botânica do Museu Nacional – e segunda mulher a ingressar no serviço público no Brasil -, trabalhou com coleta, pesquisa e documentação de coleções; esteve atenta às discussões teóricas referentes à Museologia no período. Em 1932, a líder feminista recebeu um prêmio da União Pan-Americana e da Associação Americana de Museus, que a possibilitou visitar 58 museus dos Estados Unidos (LOPES, 2006). O estudo dos setores educativos resultou em registros, que somente viriam a ser publicados no livro “A função educativa dos museus”, em 2008. Ana Carolina Gelmini de Faria assinala que os escritos de Lutz continham “[...] o que havia de mais contemporâneo relacionado às dinâmicas museográficas e educação em museus.” (FARIA, 2017, p. 141). Lopes (2006), ainda, destaca a observação de Bertha Lutz sobre “a mulher no Museu” e o seu interesse ao verificar o grande número de mulheres exercendo suas atividades nos museus norte-americanos.

No contexto museológico contemporâneo brasileiro, Oliveira e Queiroz (2017) chamam atenção para a maioria feminina, tanto na academia como nos museus, seja como profissionais ou visitantes. Entretanto, ainda é verificável a constante de, por exemplo, maiores acervos e mais exposições de obras com mulheres retratadas, mas não obras de autorias femininas, questão que parece ganhar maior consideração recentemente. As autoras acentuam a baixa representatividade de mulheres nas coleções de museus de modo geral. No já mencionado campo das artes, apesar de seu protagonismo, artistas mulheres ganharam menos visibilidade na composição de coleções, se refletindo inclusive em menos exposições individuais de artistas mulheres, fato em âmbito mundial. Fator não apenas validável nos museus de arte, mas também nos de história e ciências, muitas vezes com narrativas a partir de uma “lógica androcêntrica” (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2017). Essa lógica delimita uma tênue linha em que a mulher aparece, mas sempre como uma sombra, um complemento do homem, e:

[...] refere-se especialmente à forma como as experiências masculinas são consideradas experiências de todos os seres humanos e tidas como norma universal, tanto para homens como

para mulheres, sem que se dê o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e às experiências femininas. Essa lógica silencia as mulheres, nossas experiências, práticas e saberes. (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2017, p. 69)

A norma é masculina. E branca. Oliveira e Queiroz (2017) questionam de que forma essa lógica se mantém vigente, sendo as mulheres a maioria no campo da Museologia. Para essa reflexão, sugerem voltar os olhares para as primeiras coleções institucionalizadas conhecidas no Brasil, chegando aos Institutos Históricos e Geográficos. No caso do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, as autoras citam Suely Cerávolo (2011), que por sua vez discorre sobre a intencionalidade da criação da instituição, em 1894, se formando como uma “instituição do saber” criada pela e para elite branca e letrada, da qual mulheres e negros não faziam parte. A mesma percepção originária pode ser constatada em outras instituições que compartilham o mesmo período de fundação, germinando narrativas hegemônicas que com o passar do tempo são mais enfaticamente questionadas. Sobre a questão da lógica vigente em muitos dos museus institucionalizados, as autoras assumem que:

Nesse sentido, importa-nos perceber onde estão as mulheres nesse universo masculino e reiteradamente masculinizado, e ler nos silêncios e nas ausências, declarados e não declarados de sua representação social. Importa-nos questionar sobre quem elabora tais discursos nos museus (hoje, aqui e agora), a partir de quais olhares, fontes, referenciais ou ideologias. Importa-nos reescrever a história, esta mesma, subvertendo a ordem do discurso. (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2017, p. 71)

Sobre acervos, coleções e exposições, as autoras reiteram uma abordagem, de modo geral em *Museus Casa*, em que “[...] a mulher está presente nas narrativas construídas a partir da Casa, espaço de vida social privada a ela reservado.” (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2017, p. 72). Na exposição curricular *Nós Podemos! A mulher da submissão à subversão*, anteriormente mencionada, o núcleo *Bela, Recatada e do Lar*, teve como eixo principal a problematização dos lugares da mulher, suas representações e a autonomia sobre suas escolhas em relação ao próprio corpo. As representações das mulheres nos museus também foram questionadas, partindo da observação dos objetos referentes às mulheres nos

museus de história de modo geral se limitarem à feminilidade, beleza e à casa, também delineando uma visão majoritariamente de uma mulher branca de classe média ou elite. Nesse espaço, foram suscitados os questionamentos “Onde ficaram as memórias das mulheres da rua, da política, da arte, da ciência e do povo? Quais são os objetos que você diria que simbolizam a história das mulheres?” (JAEGER, JOSÉ, 2017, p. 346). As indagações se reportaram ao presente e ao futuro, durante as visitas mediadas, provocando reflexões sobre quais representações veremos, teremos e queremos nas instituições de memória e também na mídia, outro aspecto analisado no referido núcleo. Dentre as justificativas para a escolha do tema da exposição curricular, foi levantada a pertinência e contribuição no âmbito das exposições museológicas em Porto Alegre, ao tratar da necessária temática da mulher sob um viés protagonista, reflexivo e contemporâneo.

O Brasil é o 5º país do mundo com maior taxa de homicídios de mulheres<sup>16</sup>. A temática da mulher, trabalhada na exposição *Nós Podemos!* se confirmou, a partir da avaliação da experiência do público (com questionário, livro de sugestões, ações educativas e retornos durante as visitas mediadas), como questão de extrema relevância a ser refletida e debatida também dentro dos museus, muito longe de ser algo considerado “batido”. Esses números referentes à violência contra a mulher, também presentes na exposição, evidenciam o machismo estrutural da sociedade brasileira. A discrepante e visível relação de papéis pré-estabelecidos de acordo com os gêneros se revela em diferentes âmbitos e níveis, permeando subjetivamente através da socialização de homens e mulheres, sendo a violência contra a mulher e o feminicídio a sua extrema instância manifestada. As vivências das mulheres e as estatísticas impactantes reafirmam o problema social presente na realidade de brasileiras, sentidas na pele, no dia a dia, em diversos contextos sociais.

Aida Rechená (2014) propõe refletir sobre a Museologia Social a partir de uma perspectiva de gênero e questiona como contribuir para o alcance de uma igualdade, de fato, entre mulheres e homens. As contribuições e questionamentos suscitados por metodologia de análise através do gênero personificam os sujeitos de

---

<sup>16</sup> Para ver mais em: AGÊNCIA BRASIL. Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo. In: **HuffPost Brasil**. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/27/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo\\_a\\_23187246/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/27/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo_a_23187246/)> Acesso em: 15 jun. 2018.

acordo com identidades que influenciam na realidade reinterpretada e materializada nos museus:

Ao defendermos uma museologia social com uma perspectiva de gênero, que consideramos uma ferramenta de análise que possibilita tornar claras as hierarquias, as relações de dominação e as desigualdades sociais entre mulheres e homens, a museologia social pode atuar no sentido de valorizar a participação e contribuição das mulheres na sociedade, realçar a produção cultural das mulheres, analisar os bens patrimoniais existentes nos museus à luz das relações de gênero, ou seja, abrimos um novo objeto de estudo no campo museológico. (RECHENA, 2014, p. 155)

Rechena (2014) elenca possíveis questionamentos para repensar os papéis dos museus, na perspectiva de museologia social, em relação à representação das mulheres. Como exemplo das muitas formas de repensar a inserção feminina nos discursos e narrativas construídas nos museus, a autora indaga se há uma cultura feminina preservada, o papel das mulheres na representação patrimonial, como documentar a presença e participação das mulheres na sociedade como produtora de memórias, se os processos de comunicação (sendo a principal, a exposição) são inclusivos das mulheres. Rechena (2014) destaca a importância da linguagem durante as ações, de forma que a “neutralidade” em processos de comunicação denotam referência ao masculino dominante, à generalização, sem personalizar aqueles a quem se busca distinguir nos contextos.

### **3.2 Narrativas, identidades e os outros**

A questão da linguagem e da importância da representação tangente aos movimentos sociais extravasa os ambientes museológicos, que estão intrinsecamente ligados à comunicação e pode ser verificado também em outras áreas. Um exemplo é o feminicídio, o crime de gênero; matar uma mulher por ela ser uma mulher. Em muitos casos, a primeira reação tende a ser comentar sobre o fato de que mulheres também assassinam homens. Conferir uma designação própria a esse problema não significa minimizar outra forma existente de violência, mas sim, visibilizar a gravidade da violência contra a mulher, comprovada em estatísticas elevadas. É mais uma estratégia para demonstrar o quão inaceitável deve ser, em

pleno século XXI, os crimes ditos “passionais”, que nada mais são que uma última extensão do controle das mulheres, o da vida e da morte, que parte de uma socialização sexista que impregna um ideário socialmente construído de superioridade masculina. Atribuir nomes, demarcar diferenças que, mesmo construídas, fazem parte da realidade e das relações sociais, é um instrumento para chamar a atenção para a existência de contextos que necessitam ser debatidos, como a desconstrução dos papéis e lugares de gênero socialmente atribuídos. O fato de um homem matar uma mulher porque ela ousou sair do perímetro do que era esperado para ser seu comportamento, de acordo com a “caixinha” de passividades do que é associado ao feminino, de quando “Ela não é senão o que o homem decide que seja [...]” (BEAUVOIR, 1980, p. 10), é possível e embasado por uma série de manifestações diretas e indiretas, por vezes subjetivas, do que deveria ser “o lugar da mulher”.

Ainda sobre a linguagem, Thomas Tadeu da Silva (2000) discorre sobre seu elo inerente à identidade e à diferença. Segundo o autor, a identidade se refere aquilo que somos, sendo o “ponto original” que define a diferença, que é aquilo que não somos. Nesse sentido, identidade e diferença partilham o fato de participar de sistemas de significação, são interdependentes e “resultados de atos de criação linguística”. Identidade e diferença são disputadas e estão vinculadas às relações de poder, envolvem intencionalidade, assim como enfatiza o autor, “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.” (SILVA, 2000, p. 81). Silva (2000) destaca que o poder está presente no ato privilegiado de diferenciar e classificar, atribuindo valores aos grupos sociais, em processos que envolvem incluir/excluir e “normalizar”; definir a regra e padrões, o “nós” e o “eles”.

Todos esses aspectos são comuns aos museus e à Museologia, do fazer museológico, que envolvem escolhas de “o quê”, “como”, “para quem” e “por quê” pesquisar, preservar e comunicar bens culturais, o patrimônio material e imaterial, as memórias que compreendem identidades e diferenças, conduzidas por discursos e posicionamentos que nem a mais “neutra” - como o “cubo branco” das exposições artísticas - expografia é capaz de vender. Ainda, a relação com o gênero é imediata, como também com outras formas de binarismos presentes na sociedade. Se há a

anteriormente referida “lógica androcêntrica” presente em muitos museus, essa visão se dá a partir do certame entre identidade e diferença. Se “nós” são os homens, “elas” serão as mulheres. As mulheres serão “o outro”, de quem fala Simone de Beauvoir (1980). Enquanto não houver representatividade, a partir de um protagonismo, seja nas instituições de memória, seja na política, as mulheres e os outros grupos que historicamente são negativados, ficarão subjugados à forma de hierarquização estabelecida, ocasionando na invisibilidade de sua própria identidade e suas pautas. Sobre a atribuição de valores positivos e negativos, Silva (2000) embasa seu pensamento no filósofo francês Jacques Derrida, ao mencionar as “posições binárias” que se estruturam a partir de classificações, que perpassam o âmbito da linguagem e que na sociedade são refletidas pelas relações de identidade e diferença, por exemplo, entre masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, "ser branco" não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, "étnica" é a música ou a comida dos outros países. É a sexualidade homossexual que é "sexualizada", não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade. (SILVA, 2000, p. 83)

Relacionadas com a linguagem, a identidade e a diferença são associadas com sistemas de representação/significação, conforme afirma Silva. Dentre as formas de representações possíveis, a expressa pela fotografia é uma delas.

### 3.3 Fotografia e musealidade

A fotografia, surgida na década de 1830, advém como uma das invenções originadas no período da Revolução Industrial, e adquiriu maior difusão principalmente após 1860 (KOSSOY, 2012). Seguindo o percurso de toda tecnologia, foi gradualmente aprimorada em suas técnicas - que inicialmente envolviam um processo puramente manual - no sentido da rapidez e qualidade da imagem. O aperfeiçoamento e o desenvolvimento da indústria da fotografia permitiu que não mais apenas um grupo restrito de pessoas obtivesse os meios e conhecimentos para poder registrar os momentos. Dentre as revoluções causadas pelo advento do fotografia, destaca-se aquela no campo das artes e na história. No meio artístico, ainda em suas primeiras décadas, as imagens fotográficas causaram comoção por conta de sua característica de "reproduzir o real", questionando assim o papel das obras de artes realistas. Ana Mauad (1996) cita o pensamento do poeta francês Baudelaire sobre os papéis da arte e da fotografia; a primeira teria sido libertada da necessidade de buscar ser uma cópia fiel da realidade, possibilitando dar asas à criatividade; já a segunda, à fotografia, "[...] é reservado o papel de instrumento de uma memória documental da realidade" (MAUAD, 1996, p. 74).

O julgamento prevalente dos primeiros anos da história da fotografia sobre a indissociabilidade entre a plena realidade e a imagem fotográfica incitou seu uso nas mais diversas áreas e utilidades, no mundo público e privado. A literatura debruçada ao tema passou a atentar para as subjetividades contidas em todas as etapas e sujeitos que envolvem o ato de fotografar e contemplar a imagem. Nesse sentido, Mauad assinala:

No entanto, entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver. A fotografia - para além da sua gênese automática, ultrapassando a ideia de analogon da realidade - é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica. (MAUAD, 1996, p. 74)

Assim como já referido à linguagem, a fotografia e todas as suas etapas também estão repletas de atribuição de valores e significados, intencionalidades,

subjetividades, interpretações e representações. Seguramente, as identidades e as diferenças podem ser reforçadas ou questionadas a partir daquele “fragmento selecionado do real”, permitindo captar expressões culturais dos povos. (KOSSOY, 2012). Apesar de sua capacidade de registrar momentos da história - ainda que passando por várias lentes de subjetividades entre fotógrafo e receptor - Kossoy (2012) afirma que a resistência sobre a imagem fotográfica como fonte histórica predominou até uma “revolução documental” das últimas décadas, tornando o conceito de documento mais abrangente, apurando os potenciais da fotografia. Sobre esse aspecto, o autor destaca dois principais motivos: condicionamento à tradição escrita como principal fonte, ainda que numa civilização imersa em imagens e, em segundo lugar, por conta do desafio em analisar e interpretar as informações expressas em imagens e não na habitual escrita.

Todos os aspectos que envolvem a fotografia são carregados de informações sobre os contextos históricos e culturais de sua produção. A conceituação de circuito social da fotografia (FABRIS, 1991) se refere a todo o processo de produção, circulação e consumo dessas imagens. Ainda sobre a fotografia como documento, Mauad enfatiza:

A fotografia é uma fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida. No entanto, parafraseando Jacques Le Goff, há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infra-estrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo. (MAUAD, 1996, p. 80)

Nessa perspectiva, a imagem fotográfica fornece informações intrínsecas e extrínsecas envolvendo releituras da realidade ali registrada.

Daniella Rebouças Silva (1999) elege a fotografia para estabelecer uma análise comparativa com a Museologia (ou, ainda, entre a câmera fotográfica e o museu), ao tratar sobre linguagens expositivas nos museus. Ponto de partida para a

relação entre ambos é que "[...] se preocupam em captar momentos específicos no tempo, registrando-os conforme 'as ferramentas' que dispõe" (SILVA, 1999, p. 85), seja pelo suporte em que a imagem fotográfica está inserida ou por objetos tridimensionais, nas instituições museológicas. Outro paralelo que a autora estabelece é o ato de "registrar" através da câmera fotográfica, presente como função básica da fotografia, mas também na Museologia utilizando os museus e seus acervos. Nesse sentido, o fotógrafo e o profissional museólogo partem de escolhas, intencionalidade, recortes para desenvolver seu trabalho ao definir o que e como devem fotografar ou musealizar, respectivamente. A autora destaca que "[...] como no caso do fotógrafo, o museólogo deve estar atento às influências externas, ao mundo que pulsa fora das paredes do museu." (SILVA, 1999, p. 87).

Mais além, a autora atenta para um aspecto bastante debatido no ensino da Museologia, sobre não haver verdades absolutas nas narrativas expostas nas instituições e processos museológicos, assim como na História. Portanto, evidencia a importância dos questionamentos sobre as ditas "verdades incontestáveis" e assinala que tanto a fotografia quanto os objetos em exposições:

[...] são testemunhos de uma realidade vivida, porém apenas de um fragmento desta realidade; e por isto estão sujeitos a diversas interpretações e manipulações. Isto é: o objecto museológico quando transportado do seu contexto original, ganha uma nova carga simbólica ao ingressar na instituição museu. Da mesma forma, a fotografia quando retracts um objecto/ personagem/episódio transmite a sua carga simbólica; visto que não é só a realidade vivida que está presente no documento fotográfico, mas os seus signos. (SILVA, 1999, p. 88)

A quantidade de informações possíveis envolvendo a fotografia, desde suas técnicas até o conteúdo que as imagens fornecem, justificam facilmente, a partir do caráter de documento e também como artefato artístico, sua guarda, preservação e exposição em instituições de memória, como o museu. Em meio a esse processo, a pesquisa deve estar presente como entre as ações, de forma que seus conteúdos possam ser lidos, reinterpretados, difundidos a partir de perspectivas multidisciplinares que, no caso da Museologia, é método indispensável para o fazer museológico. Sendo assim, e com as novas abrangências do conceito de documento estendido para a fotografia, essas imagens constituem também os acervos dos

museus, devido a seus potenciais de musealidade<sup>17</sup>, que devem estar comprometidos com a sua comunicação.

A coleção de fotografias que constitui o objeto de pesquisa do presente trabalho de conclusão de curso não se configura como acervo museológico, pois não está musealizado. No entanto, a partir da experiência com os acervos de coletivos femininos/feministas na exposição curricular *Nós Podemos!*, é proposto olhar para a coleção em questão com uma perspectiva museológica. Assim, este estudo está voltado para as características intrínsecas dessas fotografias, buscando responder sobre quais representações das mulheres são suscitadas em seu conteúdo, visto que a atuação do Coletivo Feminino Plural integra a história do feminismo em Porto Alegre. É importante destacar que, antes do contato com a ONG para a realização da pesquisa, havia interesse e mobilização de suas integrantes para um projeto envolvendo a documentação e conservação de sua história, incluindo a coleção de fotografias e documentos escritos. Para Pomian uma coleção é “[...] qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar público”. (POMIAN, 1984, p.53).

### 3.3.1 A coleção de fotografias do Coletivo Feminino Plural

A coleção referida se divide entre fotografias físicas e digitais, parcialmente identificadas até o momento, sob a guarda das integrantes do grupo. Embora estejam disponíveis para visualização e pesquisa dos interessados, sua principal função é a guarda da memória do coletivo. Parte do acervo se encontra previamente classificado de acordo com temática de seu conteúdo associado aos objetivos do coletivo, como produção de conhecimento, história do coletivo, e ativismo.

As fotografias da ONG estão em diferentes suportes, no que tange às imagens digitais, divididas entre CDs, pen drives, HD externo e serviços de armazenamento e nuvem. As fotografias em suporte papel compartilham a

---

<sup>17</sup> A musealidade representa o valor imaterial do objeto que concede a razão de sua musealização. (MAROEVIC; 1993 apud ALVES; SCHEINER, 2012).

característica das mesmas técnicas de revelação e dimensões, sendo encontrado um número pequeno de registros em negativo. A presente pesquisa se refere exclusivamente ao acervo de imagens em suporte papel, que inclui a documentação dos primeiros anos de atuação do coletivo, período entre 1996 a 2011, que totaliza cerca de 1050 fotografias encontradas entre os diferentes meios de guarda. Entre estes meios, as fotografias estão em sua maioria dispostas em álbuns; um menor, mas expressivo número, está separado em grupos por um pedaço de papel dobrado e preso por clipe; uma parte está guardada dentro de um saco plástico; algumas soltas e outras fotografias coladas em uma folha de papel A4, com suas devidas identificações, que por sua vez estão dentro de uma pasta com demais documentos referentes ao coletivo. Esses agrupamentos foram encontrados dentro de duas caixas arquivo polionda e o maior número dentro de duas caixas de sapato preenchidas exclusivamente com as fotografias, guardados com as demais documentações em estantes de metal. Conhecidas as características materiais da coleção e a forma como está acondicionada, o próximo passo é analisar as imagens nela contidas, assunto do próximo capítulo.

## 4 REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS

*Fomos socializadas para respeitar o medo mais do que nossas próprias necessidades de expressão através da linguagem e de definição, e, enquanto esperamos em silêncio pelo luxo final do destemor, o peso deste silêncio nos sufocará.<sup>18</sup>*

(Audre Lorde)

A frase de Audre Lorde surge do contexto de uma mulher negra, lésbica, ativista e feminista em diálogo sobre a sua realidade e de outras mulheres que além do recorte de gênero, compartilham do mesmo recorte racial e de sexualidade. A frase vem ao encontro dos conceitos de identidade e diferença, vistos anteriormente; e a necessidade de linguagem e definição. Enquanto grupos que, de acordo com as “posições binárias”, se mantêm negativados - mulheres, negras/negros e homossexuais - a partir de um olhar hegemônico do “um”, carecerem de espaço e representação no mundo público (cujo empoderamento está ligado ao mundo privado) permanecerão considerados como “o outro” nos setores da sociedade. No sentido das relações sociais e da história da humanidade, a existência da concepção inventada de um “outro” é inevitável devido à multiplicidade de grupos. Sobre as relações do “um” e do “outro”, Simone de Beauvoir indica:

A categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro. A divisão não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos, não depende de nenhum dado empírico: é o que se conclui, entre outros, dos trabalhos de Granet sobre o pensamento chinês de Dumézil sobre as índias e Roma. Nos pares Varuna-Mitra, Urano-Zeus, Sol-Lua, Dia-Noite, nenhum elemento feminino se acha implicado a princípio; nem tampouco na oposição do Bem ao Mal, dos princípios fastos e nefastos, da direita e da esquerda, de Deus e Lúcifer; a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si. Basta três viajantes reunidos por acaso num mesmo compartimento para que todos os

---

<sup>18</sup> Tradução nossa. Original: “For we have been socialized to respect fear more than our own needs for language and definition, and while we wait in silence for that final luxury of fearlessness, the weight of that silence will choke us.”

demais viajantes se tornem "os outros" vagamente hostis. Para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são "outros" e suspeitos; para os habitantes de um país, os habitantes de outro país são considerados "estrangeiros". Os judeus são "outros" para o anti-semita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. (BEAUVOIR, 1980, p. 11)

A questão é que, segundo a autora, ao citar Hegel, “[...] o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto” (BEAUVOIR, 1980, p. 12). O surgimento e continuidade de preconceitos e seu uso para a manutenção de privilégios, ao “naturalizar” merecimentos a certos grupos e criação de devidos “lugares” e “posições” aos outros se reflete no acesso aos mais diversos âmbitos do mundo público, além de propiciar novos recortes a partir de uma perspectiva de classe. Para obter acesso aos direitos, como a educação ou ao voto, os “outros” perante os homens (caso das mulheres), necessitaram se organizar em um movimento social para reivindicar por igualdade. Os movimentos sociais, seja a partir de perspectiva de gênero, raça, sexualidade e classe se articulam ao lutar pelo fim das disparidades. Essa busca contínua por igualdade é puramente política, estando, assim, intimamente ligada à representatividade. Pessoas que, de acordo com a visão hegemônica, são sempre consideradas os “outros”, assim sempre o serão se não houver sua representatividade através de protagonismo em posições de poder. No Brasil, não há melhor exemplo se não o fato de que homens brancos ainda são a esmagadora maioria em cargos políticos, em um país onde a maioria é feminina e negra.

A indissociabilidade entre representação e diversidade cultural nos museus e na Museologia, somado a seu caráter de compromisso social que tomou voz principalmente nas últimas décadas a partir da Nova Museologia, impulsionou a proposta de um “olhar museológico” sobre a coleção de fotografias do Coletivo Feminino Plural. A referida coleção tem integrantes da ONG como autoria da maioria das fotografias e um menor número é composto por fotografias de profissionais da imprensa de outras instituições. Nessa perspectiva, as imagens fotográficas que são analisadas constituem uma produção própria dentro do grupo e, ainda que feitas por profissionais de fora, se caracterizam como sua memória, uma vez que estão sob sua guarda e lhes convém a identificação e preservação dessas imagens. São as memórias de si, não suas memórias a partir de uma perspectiva como sendo “o

outro”. Memórias que suscitam narrativas e percursos dessa organização feminista que, conseqüentemente, integram as memórias do feminismo em seu local de atuação, Porto Alegre e região metropolitana. O que essas imagens tem a nos dizer? Lembrando que, conforme enfatiza Mauad (1996, p. 79), “[...] a representação final é sempre uma escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis”. Questão que não difere da escolha de acervos durante a concepção de uma exposição. Intencionalidade e narrativas que perpassam identidades e diferenças sempre estão expressas. Sobre representação, ao analisar as fotografias da obra Terra do fotógrafo Sebastião Salgado, Mauad assinala:

A mulher é uma presença velada pela força masculina, sempre aparece como mãe ou esposa, rezando ou cuidando dos filhos. Tais opções denotam tanto a situação da mulher no Brasil rural, ainda presa aos códigos de comportamento patriarcais e conservadores, quanto as escolhas do fotógrafo que ratificou esse tipo de representação. (MAUAD, 2002, p. 21)

Se as escolhas são inseparáveis do fazer fotográfico, é sabido que grupos que detenham maior controle sobre a produção e a circulação dessas imagens possuem maiores instrumentos para a criação de representações e imaginários. Dentro desse panorama, é possível relacionar as contribuições dos conceitos de visual, visível e visão, de Ulpiano Bezerra de Menezes (2005). Para o autor, visual diz respeito exatamente ao referido ponto, se caracterizam como conjunto de imagens emblemáticas e identitárias referenciais de uma sociedade em determinado contexto e que são influenciadas pelas instituições que detém o poder de ditar leituras, como escolas, museus e veículos de comunicação em massa. A visão compreende os instrumentos e técnicas de observação (olhar patriarcal, olhar masculino, olhar turístico, olhar condicionado). O visível é relacionado à visão, e designa justamente ao poder e controle entre a visibilidade e a invisibilidade, a projeção e a omissão. Esse último aspecto é o de maior interesse nesse estudo.

#### **4.1 Primeira mirada: os assuntos fotografados**

Para olhar essas imagens em busca do visível (e do invisível) e dos sentidos construídos, é impreterível rever o conceito de representação. A opção que aqui se fez para trabalhar com fotografias foi a abordagem concebida por Sandra Pesavento (2003) e que é apresentada como categoria central da História Cultural. Segundo a

autora, a representação “[...] não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele” (PESAVENTO, 2003, p.40). O jogo de exposição e ocultamento, que a autora menciona, demonstra processos de legitimação e exclusão, se trata da “presentificação de um ausente”, uma “substituição”. As fotografias são exemplos materiais do simbólico portado pelas representações. A autora destaca que “a força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir conhecimento e legitimidade social” (Idem, 2003, p.40), nesse sentido, a pesquisa objetiva averiguar sobre as representações das mulheres nas fotografias do Coletivo Feminino Plural.

Como metodologia para a análise da coleção, foi escolhida o “olhar através da imagem”, de Ana Maria Mauad (1996). A autora enfatiza o uso de fotografias como o principal documento histórico em alguns contextos e seu posterior estudo utilizando uma metodologia histórico-semiótica de análise de imagens fotográficas. Para tal análise, Mauad (1996) parte primeiramente do entendimento da existência de códigos elaborados na prática social e que não podem ser vistos como desprovidos de relevância histórica. O segundo passo é compreender a fotografia como resultado de um processo de construção de sentido. E o terceiro é referente ao entendimento de que a relação conotativa entre as imagens e as mensagens não é algo automático e, nesse sentido, a autora atenta para alguns pontos. O primeiro se refere à relação entre signo e imagem e que “[...] no contexto da mensagem veiculada, a imagem - ao assumir o lugar de um objeto, de um acontecimento ou ainda de um sentimento - incorpora funções sógnicas.” (MAUAD, 1996, p. 84). O segundo ponto é sobre a fotografia como uma escolha efetuada em um conjunto de escolhas então possíveis, conforme mencionado anteriormente. E o terceiro ponto é a relação entre o plano do conteúdo e o plano da expressão. Sobre esse último aspecto:

Enquanto o primeiro leva em consideração a relação dos elementos da fotografia com o contexto no qual se insere, remetendo-se ao corte temático e temporal feitos, o segundo pressupõe compreensão das opções técnicas e estéticas, as quais, por sua vez, envolvem um aprendizado historicamente determinado que, como toda a pedagogia, é pleno de sentido social. (MAUAD, 1996, p. 84)

A partir da tomada de consciência acerca dos aspectos levantados, a próxima etapa é a análise das imagens. Nesse sentido, Ana Maria Mauad (1996) disponibiliza duas fichas de análise, ficha de elementos da forma do conteúdo e ficha de elementos da forma de expressão, visando decompor a imagem fotográfica em unidades culturais.

As características sujeitas à análise de elementos da forma do conteúdo são: agência produtora e ano, local retratado, tema retratado, pessoas retratadas, objetos retratados/atributos das pessoas/atributo da paisagem, tempo retratado (dia/noite) e número da foto. As características sujeitas à análise de elementos da forma da expressão são: agência produtora/ano/tamanho da foto, formato da foto e suporte (relação com o texto escrito), tipo de foto, enquadramento I: sentido da foto (horizontal ou vertical), enquadramento II: direção da foto (esquerda, direita, centro) enquadramento III, distribuição de planos, enquadramento IV: objeto central, arranjo e equilíbrio), nitidez I: foco, nitidez II: impressão visual (definição de linhas), nitidez III: iluminação, produtor: amador ou profissional e número da foto.

Os itens a preencher cada campo são concebidos como unidades culturais. Mauad menciona o conceito de unidade cultural apresentado por Umberto Eco:

[...] uma unidade é simplesmente toda e qualquer coisa culturalmente definida e individuada como entidade. Pode ser pessoa, lugar, coisa sentimento, estado de coisas, pressentimento, fantasia, alucinação, esperança ou idéia [...] uma unidade cultural pode ser definida semioticamente como unidade semântica inserida num sistema.[...] Reconhecer a presença dessas unidades culturais (que são, portanto, os significados que o código faz corresponder ao sistema de significantes) significa compreender a linguagem como fenômeno social (ECO, 1974, p. 16 apud MAUAD, 1996, p. 85)

Para estruturação final da análise, as unidades culturais são realocadas em categorias espaciais: espaço fotográfico, espaço geográfico, espaço do objeto, espaço da figuração e espaço da vivência (evento) (MAUAD, 1996). A autora enfatiza que a metodologia apresentada não se configura como diretrizes de uma receita fechada, de forma que cabem novas perspectivas e itens, possibilitando a adaptação de acordo com os objetos e a pesquisa.

Nesse sentido, os aspectos elencados para análise no presente trabalho, baseados na metodologia apresentada por Ana Mauad (1996) e no conceito de

unidade cultural para responder ao problema de pesquisa são: os sujeitos (pessoas retratadas/espço da figuração), os espaços (local retratado/espço geográfico), as ações (tema retratado/espço da vivência) e os elementos (objetos/espço do objeto). Os itens escolhidos pertencem à ficha de análise de elementos da forma do conteúdo, principalmente, por sua relevância ao averiguar as representações suscitadas pelas imagens.

Dentre os espaços presentes nas imagens fotográficas, a partir da observação do conteúdo ou leitura do verso do suporte, foram encontradas mais de vinte diferentes localizações. Fora do Rio Grande do Sul, os registros se referem a eventos ocorridos em São Paulo, Curitiba e Florianópolis. Dentro do estado, para além da região metropolitana, o único município encontrado entre o recorte espacial e temporal que contempla as referidas fotografias é Torres. Em Porto Alegre e região metropolitana, os espaços identificados se dividem entre: Memorial do Rio Grande do Sul, Câmara Municipal de Porto Alegre, Centro Municipal de Cultura, Assembleia Legislativa do RS, Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do RS (FECOSUL), Penitenciária Madre Pelletier, Casa Albergue Feminino, Unidade de Reciclagem Vila Pinto - Centro de Educação Ambiental - Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, Sindicato dos Petroleiros, Associação Médica do Rio Grande do Sul, Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Companhia Carris Porto Alegrense de Transporte Coletivo, Mercado Público, Chalé da Praça XV, Usina do Gasômetro, Praça da Matriz (Praça Marechal Deodoro), Redenção (Parque Farroupilha), Vila Cruzeiro do Sul (interno) e “rua”.

Entre os sujeitos contemplados foi possível elencar mulheres brancas e mulheres negras, adolescentes, crianças (filhas de participantes de oficinas), mulheres do sistema prisional, mulheres integrantes do Coletivo Feminino Plural, homens, mulheres políticas, homens políticos, funcionários do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), funcionários da CARRIS, integrantes de outros movimentos sociais, imprensa da TVE.

Dentre as ações<sup>19</sup>, um grande número foi identificado dentro do recorte temporal que contempla as fotografias em suporte papel. Dividi esse conjunto em

---

<sup>19</sup> As ações estão descritas por ordem cronológica. Aqueles eventos que não tem sua data informada não tiveram essa informação previamente localizada nas legendas das fotografias, nas anotações ou no conteúdo da imagem. Esse aspecto que deve constar na futura pesquisa e documentação do

eventos relacionados à violência contra a mulher; ações referentes à saúde da mulher; reuniões e encontros institucionais; projetos e capacitações, e eventos diversos do movimento de mulheres.

Em eventos relacionados à violência contra a mulher: Seminário Violência Sobre Lei 9099/95 – 1996; Ato por Celmar – Carris 1996; Fórum Sobre Violência Doméstica 25 de novembro de 1996; Oficina sobre Projeto Daniela Peres do COMDIM 1998; Seminário Interinstitucional sobre a Rede Local de Prevenção e Combate à Violência nas Relações de Gênero e de Raça – 2001; Movimento Contra a Redução da Pena para Estupro – 2001; Seminário sobre Violência e Exploração Sexual de Meninas com o Movimento pelo Fim da Violência; Oficina na Campanha 16 dias contra Violência - 2003 - Casa Albergue Feminino; Brique Lilás 2003 - “Ninguém precisa virar mulher a força”; I Encontro de Movimentos Populares e Práticas em Educação Popular e Saúde (21 e 22 de novembro de 2003); Lançamento projeto SOS - Violência é Questão de Saúde Pública; Seminário sobre Violência e Exploração Sexual com Especialista (Memorial do RS); Encontro do Movimento pelo Fim da Violência contra Criança e Adolescente; Mulheres, Poder Público e sociedade - Debates sobre violência e saúde; Curso de saúde na Igreja Santo Antônio.

Entre as Ações referentes à saúde da mulher: Curso saúde - Rede H 1998; Saúde Um Bem Que Se Quer – 1998; Oficina sobre câncer - 1999 Florianópolis; Prêmio Destaque em Saúde do Conselho Municipal de Saúde – 2011; Oficina sobre sexo com mulheres; Projeto Um Passo da Liberdade (ações de prevenção das DST's, do HIV e da AIDS) e roda de capoeira; 4º Seminário Saúde Um Bem Que Se Quer; 7º Seminário Saúde Um Bem Que Se Quer.

Reuniões e encontros institucionais: 1º Encontro do Coletivo Feminino Plural 1º de junho de 1996; Fundação do Fórum de Mulheres – 1996; Posse COMDIM 1996; Ato de posse COMDIM 2000; 5º Encontro posse diretoria 2001-2003; Lançamento Plataforma político feminista – 2002; COMDIM e Articulação de Mulheres Brasileiras – 19 de maio de 2004; Tribuna Popular/Apresentação do Projeto na Câmara Municipal – 8 de maio de 2004; Encontro do Coletivo Feminino Plural; Comemoração/Exposição 10 anos do Coletivo Feminino Plural 2006; Reunião

plenária conjunta do Fórum Municipal da Mulher; Reunião de filiadas; Vinda da Presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) ao Rio Grande do Sul; Atividades COMDIM; Reunião do Fórum de Mulheres; Reunião do coletivo na FECOSUL.

Projetos e capacitações: Rede Mulher - Criação e trabalho - SMIC - 2000/2001; Lançamento do caderno de textos Os Direitos Humanos das Mulheres e das Meninas - enfoques feministas – 2002; Oficina em Cachoeirinha (março/2003); Projeto Meninas Sabidas – 2003; Capacitação de servidoras públicas – 2004; Projeto O Tempo Não Para 2006/2007; Projeto de capacitação em Cachoeirinha; Projeto Meninas e Meninos Desaparecid@s (O Direito de ser encontrad@).

Eventos diversos do movimento de mulheres: 8 de março de 1997; Seminário na Câmara de Vereadores 1997; Ocupando tribuna popular da Câmara de Vereadores 1998-2002; 8 de março de 1999; Seminário Mulheres no Exercício de Funções Públicas - novembro de 1999; Lançamento Painéis pintados por artistas plásticas / painéis de 8 de março - Casa de Apoio Viva Maria - 2000; 16 dias de ativismo – 2000; Marcha Mundial das Mulheres – 2000; Reunião Nacional do projeto relativo à CEDAW - 2000 (SP); Marcha Mundial das Mulheres 2001 (Contra a Violência e a Pobreza / Pela Paz); Marcha em defesa do Brasil 2002 - contra privatização; Assembléia Legislativa 8 de março de 2002; Fórum Social Mundial 2003 - Planeta Fêmea; Mulheres rumo ao 14º Encontro Nacional Feminista – 2003; III Conferência Municipal de Direitos Humanos – 2003; Passeata - Dia Internacional da Mulher/2003; Conferência Direitos Humanos e Pré Conferência sobre Políticas Públicas para as Mulheres 12 e 13 de março de 2004; 2ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres – 2004; II Jornada Estadual contra à violência e exploração de crianças e adolescentes – 2004; X EFLAC (Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe) e reunião do RSMLAC (Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe) 2005 - Porto Alegre; Fórum Social Mundial - Diálogos feministas – 2005; Ato com Tarso “não basta democracia, precisamos justiça de gênero e de raça”; Ilê Mulher – Carnaval; 8 de março com Marta Suplicy no Brique, Oficinas Fórum Social Mundial; Ocupação McDonald’s pelas Mulheres Camponesas; Fórum Social Mundial; Oficina no Fórum Social Mundial; Conferência Estadual Políticas das Mulheres – Torres.

Os objetos e “elementos” que mais se repetem entre as imagens, tidos como significativos são, em primeiro lugar, as bandeiras de grupos e movimentos sociais,

de ações e eventos, causas e de partidos políticos vinculados à esquerda. Assim como banners, faixas e cartazes. O objeto microfone está presente em um considerável número de imagens, geralmente associado à tribuna ou a um palco. Também se destacam as imagens de momentos de diálogo entre as mulheres, frequentemente em reuniões e rodas de conversa e os produtos de oficinas.

## 4.2 Segunda mirada: olhar e analisar

Mapeados os quatro aspectos das imagens fotográficas<sup>20</sup>, passo a seguir a análise<sup>21</sup> do modo como estes se inter-relacionam de forma a criar as representações das mulheres nas imagens. A recorrência desses aspectos é importante para a análise. Parto das imagens 1, 2, 3 e 4:

Imagem 1

**Mulheres contra todas as guerras – Brique Lilás - Dia Internacional da Mulher (legenda original)**



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 2003.

<sup>20</sup> Dentre as fotografias contempladas na pesquisa, poucas tem autoria específica identificada.

<sup>21</sup> Nota metodológica: Após elencar todos os sujeitos, espaços, ações e elementos encontrados nas imagens fotográficas (em torno de 1050), as representações que respondem ao questionamento da pesquisa foram suscitadas a partir das recorrências desses quatro aspectos e a forma como, relacionados, tornaram possíveis as contextualizações relacionadas às mulheres nas imagens. Vinte imagens foram escolhidas para exemplificar cada eixo representativo, a partir das associações interpretadas e produzidas pelos quatro itens da forma do conteúdo.

Imagem 2

**Mulheres contra todas as guerras – Brique Liás - Dia Internacional da Mulher (legenda original)**



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 2003.

Imagem 3

**Marcha Mundial das Mulheres Contra a Violência e a Pobreza (legenda original)**



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 2001.

Imagem 4

**Marcha em defesa do Brasil (legenda original)**

Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 2001.

Um considerável número de imagens fotográficas remete à questão entre mundo público e mundo privado, aspecto elencado como ponto-chave para iniciar o tema do feminismo no presente trabalho. Muitas imagens são registros de momentos de mulheres do Coletivo Feminino Plural e de outros grupos alinhados ao feminismo ou, ainda, de mulheres de outros movimentos sociais mobilizados por uma sociedade mais paritária identificadas com as causas da esquerda, ocupando a rua (imagens 1, 2, 3 e 4). Sua presença no espaço público versa sobre mulheres que não mais estão apenas vinculadas ao espaço privado, materializando nas imagens essa concepção feminina do início dos anos 2000. O período coroa as décadas de expansão do movimento de mulheres no Brasil, consolidado nos anos 1970 e que, nos anos 1990 apresentou uma multiplicação de organizações feministas. Dentre os registros, se destacam os referentes ao emblemático Dia Internacional da Mulher e a Marcha Mundial das Mulheres, que aparecem em passeatas e ações de diferentes anos. As passeatas, marchas, ocupações e ações; seu registro e sua guarda podem ser relacionados à premissa de uma **mulher presente** em arena pública. Mulheres que, primeiramente, se mostram presentes para além do âmbito privado, demonstrando que “lugar de mulher” é onde elas quiserem, lutando por sua

cidadania plena e garantia de direitos, uma vez que a desigualdade de gênero ainda é vigente.

A próxima sequência de imagens, de acordo com os eixos das representações:

Imagem 5

**Dia Internacional da Mulher** (legenda original)



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 1997.

Imagem 6

**Tribuna Popular da Câmara Municipal de Porto Alegre** (legenda original)



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, [200-?]. Autoria: Tonico Alvares – Fotojornalismo da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Imagem 7

**Movimento contra a redução da pena para estupro** (legenda original)



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 2001.

Imagem 8

**Seminário Mulheres no exercício de funções públicas** (legenda original)



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 2000.

Imagem 9

**Sobre COMDIM. Câmara Municipal de Porto Alegre** (legenda original)



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 1997.

Imagem 10

**Seminário Lei 9099/95** (legenda original)



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 1996

Outro aspecto frequente nas imagens fotográficas é a presença da mulher, especificamente em espaços de poder e decisões coletivas. Destaca-se a figura

feminina em tribunas e palcos, como oradoras e em posição de destaque, questão evocada e materializada no elemento microfone, que aparece reiteradamente entre as ações internas e externas do coletivo. A Câmara Municipal de Porto Alegre é o local do registro de muitas dessas fotografias, devido à relação do surgimento do Coletivo Feminino Plural com o COMDIM. Em segundo lugar, aparece o Memorial do Rio Grande do Sul. Uma vez presentes, se tornam **mulheres protagonistas** de suas falas e de suas lutas, em espaços de decisão e engajadas com as políticas públicas, relacionadas com um dos “alvos” da ONG, o Estado. Valéria Silva assinala que:

Com relação às mulheres, um dos "alvos" da organização, o apelo para que elas se empoderem e participem de espaços de poder é, na maioria dos casos, vinculado a ideia desses espaços como espaços institucionais que possuem vínculo com o Estado. Assim, as ações escolhidas para esse alvo são as capacitações, para mulheres organizadas ou não, que precisam dar conta de incentivar a participação das mulheres nesses espaços e qualificá-las para tanto. O outro "alvo" é o Estado, que, dada a sua importância para a garantia dos direitos e cidadania, é fundamental para a equidade de gênero, o que faz com que a ONG adote uma postura de parceria do Estado, ocupando espaços institucionais e prestando serviço de consultoria. Os repertórios de ação possuem, então, ações de caráter mais técnico, voltadas para a elaboração das demandas femininas e da realização dessas demandas. (SILVA, 2013, p. 179)

A questão do protagonismo em espaços institucionais é uma estratégia necessária de subversão ao olhar condicionado de recortes sociais, como no caso das mulheres, a partir de uma perspectiva do “outro”, de forma que suas reivindicações possam, de fato, ter o alcance de prioridades.

A próxima sequência de imagens:

Imagem 11

**Posse COMDIM** (legenda original)



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 1996.

Imagem 12

**Exposição 10 anos Coletivo Feminino Plural** (legenda original)



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 2006.

Imagem 13

**Dia Internacional da Mulher (legenda original)**

Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural. Autoria: Cristine Rochol, 2003.

Imagem 14

**Ato por Celmar (legenda original)**

Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 1996.

Imagem 15

**Projeto O Tempo Não Para (legenda original)**

Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 2004.

Imagem 16

**Capacitação de servidoras públicas municipais. Coletivo Feminino Plural e PMPA (legenda original)**

Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 2004.

Imagem 17

**Rede Mulher - Criação e trabalho – SMIC (legenda original)**



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, [2000 ou 2001].

Imagem 18

**Projeto Meninas Sabidas (legenda original)**



Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 2003.

Imagem 19

**Projeto O Tempo Não Para** (legenda original)

Fonte: Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, [2006 ou 2007].

Dentre a pluralidade de mulheres nas imagens fotográficas, uma representação que abarca tanto as mulheres presentes e as mulheres protagonistas, é a **mulher que resiste**. Na imagem 19, resultado de atividades do Projeto O Tempo Não Para (2006/2007), voltado a prevenção de DST's/AIDS com práticas criativas para mulheres do sistema prisional (do regime fechado, Penitenciária Madre Pelletier e do regime semiaberto, Casa Albergue Feminino), é possível ler as seguintes frases: "A gente é movida por paixões! Mas quem não é?", "Cansei de ser Amélia", "Cada uma tem um potencial", "Eu cresci por paixão de aprender! [...] eu descobri o potencial do que eu podia fazer. Sou apaixonada por mim! E por essa paixão eu vivo!" ao lado de ilustrações de si mesmas feitas pelas participantes. São versos sobre resistência. A imagem 18 é o registro de um momento do Projeto Meninas

Sabidas - Protagonismo Juvenil Feminino com Acessibilidade Digital, em 2003, desenvolvido na Vila Cruzeiro do Sul de Porto Alegre e envolveu ações criativas com meninas, de temas escolhidos por elas, e criação de conteúdo para um site em que elas mesmas foram as protagonistas. As imagens 16 e 17 contextualizam ações de capacitação, criação e trabalho com mulheres de diferentes realidades. É a resistência que perpassa os recortes de gênero, raça, classe e sexualidade. O Ato por Celmar (imagem 14) foi uma ação das integrantes do coletivo frente à perda de uma mulher: Celmar, motorista de ônibus na Carris, vítima de violência doméstica, vítima de feminicídio. O ativismo e a produção de conhecimento, duas das classificações já estabelecidas pelo grupo entre as fotografias, estão simbolizadas nas imagens de resistência.

A **mulher que resiste** é encontrada nas imagens em todas as mulheres que participam das ações internas ou externas, no alto da tribuna ou com o microfone (imagem 13), ou ouvindo e se articulando dentro do que está ao seu alcance, são as mulheres que ministram as oficinas, mas também as mulheres do sistema prisional que participaram delas (imagens 15 e 19). As integrantes do Coletivo Feminino Plural e as mulheres políticas (imagens 11 e 12), as profissionais, as mulheres na rua, “as mulheres e as meninas”, cujo empoderamento faz parte da missão da ONG. Mulheres em rodas de conversa e reuniões são imagens recorrentes e dão a ver a construção dessa resistência, considerada, pelas militantes, como possível, a partir de diálogo e articulação para o empoderamento no âmbito privado e para a busca de representatividade e protagonismo no âmbito público.

Todos os aspectos que envolvem a construção das representações de mulher presente, protagonista e mulher que resiste convergem para a representação de **mulheres plurais**: uma pluralidade de mulheres (imagem 20), engajadas politicamente a partir de uma identidade coletiva compartilhada, que construíram e constroem a história do feminismo e do movimento de mulheres em Porto Alegre.

Imagem 20

**1º Encontro do Coletivo Feminino Plural - Dia 1º de junho de 1996. Sindicato dos Petroleiros**  
(legenda original)



Acervo de fotografias do Coletivo Feminino Plural, 1996.

John Berger (1999) analisa as representações das mulheres nas artes, a partir do olhar de artistas homens e do público masculino, principalmente o gênero nu de pintura a óleo europeia. Nesse tipo de imagem, prevalecia a concepção norteadora de uma mulher que oferece sua feminilidade ao protagonista principal da pintura que, como destaca o autor, é o próprio espectador. Esse que vê provavelmente é um homem, pois tudo parece ser dirigido a ele. Nessa perspectiva, a mulher é representada de forma objetificada, tendo sua imagem delineada por e para homens, em que a sua sexualidade expressa não inclui sinais de uma mulher que está ali para si mesma, mas sim para quem a observa:

Hoje, os comportamentos e valores que informaram aquela tradição se exprimem através de outros meios mais largamente difundidos – a propaganda, os jornais, a televisão. Mas a forma essencial de ver à mulher, o uso básico a que se destina sua imagem, não mudou. A mulher é representada de uma maneira bastante diferente do homem - não porque o feminino é diferente do homem - mas porque se presume sempre que espectador “ideal” é masculino, e a imagem da mulher tem como objetivo agradá-lo. (BERGER, 1999, p. 66)

O autor ainda propõe um exercício para o leitor: escolher uma personagem nua, de qualquer obra de arte que consta em seu livro, e transformá-la mentalmente em um homem, para verificar o impacto que isso causa às expectativas de um observador. Porque aquela posição não é a esperada para um homem de acordo com o imaginário. Esse “exercício” tem sido difundido, principalmente em publicações de redes sociais, com as propagandas em que a mulher ainda aparece objetificada atrelada à venda de um produto. Se trata da mulher veiculada através da perspectiva do “outro” e, mesmo quando mulheres participam da concepção e disseminação dessas imagens, ela ainda está atrelada a uma lógica androcêntrica.

As representações das mulheres que podem ser interpretadas pela metodologia escolhida (mulher presente, mulher protagonista, mulher que resiste e mulher plural) são antagônicas a essa visão feminina como decorativa ou coadjuvante. As memórias que suscitam releituras a partir das informações intrínsecas nas imagens da coleção do Coletivo Feminino Plural se articulam com parte da construção e continuidade do feminismo na cidade de Porto Alegre. Enquanto o “olhar museológico” no presente trabalho foi direcionado para a coleção de um grupo específico, mas que atua energicamente na causa das mulheres há mais de duas décadas, Susana Graciela Delgado (2017) se propõe a analisar fotografias de duas edições de um evento feminista no contexto da Argentina. A autora analisa as imagens registradas de mobilizações de mulheres no Encuentro Nacional de Mujeres (ENM), que ocorre desde 1986 no país. A comparação é feita entre as edições de 2005, o XX ENM e de 2015, o XXX ENM, ocorridas no mesmo cenário, a cidade Mar del Plata. Sujeitos, espaços e elementos são analisados, dentro da ação que é o ENM. A presença das mulheres no espaço público é o fio condutor da observação das informações intrínsecas nas imagens, que emitem, por gestos/ações e escritos contidos em cartazes e em seus corpos parcialmente despidos, reivindicações sociais das mulheres: questões como políticas públicas, reconhecimento da problemática do feminicídio, críticas políticas, protestos a favor do aborto legal, movimento #NiUnaMenos<sup>22</sup>. A presença policial e o enfrentamento

---

<sup>22</sup> Movimento contra feminicídios. O primeiro evento ocorreu na Argentina, em 2015, desencadeado pelo vasto número de feminicídios e o caso de Chiara Páez, que tinha 14 anos e estava grávida e foi assassinada pelo namorado de 16 anos. No ano seguinte, Lucía Perez, 16 anos, foi drogada, estuprada e empalada na cidade de Mar del Plata. O movimento se difundiu pela Argentina, Chile e Uruguai, amplamente conhecido pela América Latina, tendo manifestações também no Brasil. Para

com a igreja são fatores que contribuem para a compreensão de como são percebidas e conduzidas às mobilizações das pautas feministas naquele dado contexto.

Mesmo com a diferença de análises; uma sobre a coleção diversa de fotografias de uma organização feminista e a outra sobre edições específicas de um único evento feminista, é possível estabelecer paralelos referentes às potencialidades de representações das mulheres em ambos os casos: perceber a história recente e presente do movimento de mulheres/feminismo a partir da cultura visual referente aos grupos e aos movimentos, encontros, marchas e eventos que externam as pautas feministas em voga. A coleção de fotografias do Coletivo Feminino Plural versa sobre uma narrativa própria sobre uma mulher protagonista, resiliente e empoderada; é relativa às memórias de mulheres plurais que lutam por si mesmas e pelas outras. Sua preservação e o projeto de memória pretendido pela organização vai ao encontro do valor que suas imagens carregam no sentido de possíveis representações e releituras, relacionadas à identidade e à diferença. São as mulheres integrantes de um movimento social feminino, com leituras e olhares a partir de si mesmas, externando seus projetos, estratégias e trajetórias de subversão à vigente hierarquia de gêneros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso se propôs a lançar “um olhar museológico” para uma coleção diferenciada de imagens fotográficas, no sentido da ausência de trabalhos do mesmo gênero, mas imersa em riquezas de possíveis leituras e abordagens. Devido às avaliações positivas para a exposição curricular *Nós Podemos! A Mulher da submissão à subversão*, que contou com um núcleo expositivo com acervos de grupos e coletivos feministas, indagações foram suscitadas sobre esse tipo de memória visual e a necessidade de chamar atenção para a relevância desses objetos e documentos. Nessa perspectiva, o Coletivo Feminino Plural, colaborador com acervos na referida exposição, foi escolhido como grupo cujas fotografias seriam analisadas, em razão do tempo e abrangência de suas atuações no âmbito dos direitos das mulheres e meninas em Porto Alegre e região metropolitana, com articulações nacionais e internacionais.

A presença da mulher nos espaços privado e público conduziu uma revisão e reflexão sobre o feminismo como movimento social e sua história no Brasil, se aproximando do contexto porto-alegrense das últimas décadas, quando surge o Coletivo Feminino Plural, em 1996. A organização feminista não governamental exerce fundamental papel no trabalho por empoderamento feminino, compreendido pelo grupo, entre outros fatores, pelo exercício do poder e decisão e livre circulação nos mundos público e privado. Sua articulação envolve atuação no controle social de políticas públicas e monitoramento das Convenções e Tratados Internacionais, além de cursos, capacitações e projetos, sendo um deles o Ponto de Cultura Feminista: corpo, arte e expressão<sup>23</sup>.

Devido à relevância do trabalho social do coletivo e a materialidade e visualidade documental produzida ao longo de sua atuação, foi pretendido pensar sobre parte de sua coleção de fotografias e as representações possíveis inseridas nelas, a partir de relações com a Museologia. Para isso, foi reiterada a trajetória do caráter social da Museologia e a necessidade de reflexões críticas envolvendo gênero e demais questões que perpassam a identidade e a diferença.

---

<sup>23</sup> Projeto conveniado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Cultura do Estado e foi contemplado no Edital 11/2012 “Rede RS de Pontos de Cultura”.

Para além da questão da memória, da preservação e da cultura visual, o conceito de representação foi considerado oportuno, tanto por sua vinculação com a Museologia, mas também com a figura feminina. Esse fator norteou os núcleos da exposição curricular mencionada, principalmente nas disposições em que a expografia visava problematizar quais representações de mulheres queremos e veremos no futuro em instituições de memória, como nos museus, demonstrando oportunidades de relações entre Museologia e gênero. A disputa entre as posições binárias na sociedade, aqui evidenciando a questão de gênero, é temática que não deve passar despercebida num contexto de função social da Museologia. Essa disputa é relativa a quem detém as narrativas e, por tanto, representações hegemônicas.

Para responder sobre quais as representações das mulheres nas imagens da coleção do Coletivo Feminino Plural e como elas se relacionam com a história do feminismo em Porto Alegre, a metodologia proposta por Ana Mauad (1996) contemplou de forma sistemática a separação e posterior análise das unidades intrínsecas presentes nas fotografias e que se configuram como fundamentais para as releituras e interpretações das imagens. A amostra de fotografias analisadas contempla os anos de 1996 a 2011, se reportando apenas às fotografias em suporte papel. Contudo, as imagens digitais, que também fazem parte do projeto de preservação de memória da instituição são portadoras, tanto quanto, das mesmas e novas possíveis representações, bem como são a memória visual constante desse grupo tão atuante no âmbito dos direitos e da cidadania feminina.

As interpretações suscitadas pelas imagens nomearam representações de **mulher presente**, que ocupa o espaço público que lhe é seu por direito e que o utiliza como cenário de luta política. **Mulher protagonista**, que dentre as formas de subversão à desigualdade de gênero compreende que sua representatividade nos espaços de poder é essencial para que as reivindicações por direitos femininos não sejam invisibilizados. **Mulher que resiste**, a partir de diferentes instrumentos e estratégias, para exercer sua cidadania plena e seus direitos humanos e promover essa justiça social para aquelas que são o alvo de seu movimento social. **Mulher plural**, no sentido de que é uma luta construída por uma multiplicidade de mulheres, e que deve ser para todas, o que compreende outros fatores como raça, classe e sexualidade, relativos à identidade e que necessitam ser debatidos e

conscientizados dentro do próprio movimento: sororidade e reconhecimento de privilégios e posições binárias na sociedade. Foi refletida a importância de uma narrativa própria e empoderada, em que a figura feminina não foi concebida e não está exibida para agradar ao espectador, mas sim está inserida em um contexto próprio de luta, registro e guarda dessas imagens.

A questão da representação, tão atrelada à Museologia, é apenas um dos aspectos que a atenção para os acervos de movimentos sociais pode proporcionar. O presente trabalho atentou para a importância da preservação, pesquisa e comunicação dos acervos, entre eles objetos e documentos, de movimentos sociais. Assim como o Coletivo Feminino Plural é uma organização - como muitos outros grupos, engajados no feminismo – no âmbito de um movimento de mulheres, outros grupos e movimentos sociais com suas respectivas lutas e suas particularidades detém suas memórias materializadas ao longo de suas trajetórias. A preservação dessa cultura visual e documental, bem como a sua comunicação proporcionam contribuições, tanto para a própria organização, como para a produção de conhecimento sobre o feminismo em Porto Alegre, sua história e estratégias de luta. Como um movimento social, o feminismo está, assim, literalmente em *movimento*: engajado em desconstruir noções patriarcais e tendendo a ser mais consciente dentro de seus próprios grupos sobre a necessidade de reflexões, problematizações e desnaturalização de padrões patriarcais, visando tornar o movimento mais inclusivo e aberto entre as mulheres. O acervo fotográfico do Coletivo Feminino Plural é muito mais vasto do que a amostra analisada de fotografias reveladas, que não contempla, por exemplo o recorte temporal da atuação do Grupo Inclusivass que, com o apoio do coletivo, trabalha o empoderamento de mulheres com deficiência, outra questão específica dentro do próprio movimento feminista. As alternativas de miradas e pertinência da preservação dessa história presente, protagonista e plural de mulheres que resistem inspiram a continuidade da pesquisa e o compartilhamento de conhecimento e os veios de resistência.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Vânia Maria Siqueira; SCHEINER, Tereza. Museu, Musealidade e Musealização: termos em construção e expansão. **Documentos de trabalho do 21º Encontro Regional do ICOFOM LAM 2012**. Petrópolis, Nov/ 2012. p.99-111
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos (1949). v. 1. Trad. Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 165 p.
- BITTENCOURT, Naiara Andreoli. As "ondas" dos movimentos feministas e o eurocentrismo da história. In: **Revista InSURgencia**. Brasília. Ano 1. n. 1, jan./jun, 2015. p. 198-210.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 15 jul. 2018>
- CAMURÇA, Sílvia; SILVA, Carmen. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. 63p.
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: **Cadernos do CEOM** - Ano 27, n. 41, 2014 p. 9-22
- COLETIVO FEMININO PLURAL. **Quem Somos**, [s.d.]. Disponível em: <<http://femininoplural.org.br/site/quem-somos>> Acesso em: 15 jun. 2018.
- CURY, Marília Xavier. O campo de atuação da Museologia. In: **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 19-48
- DELGADO, Susana Graciela. Lá traducción de la protesta a través del documento fotográfico de los Encuentros Nacionales de Mujeres (2005-2015, Mar del Plata). In: **Photo & Documento**, n. 4, 2017.
- DIANI, Mario. The Concept of Social Movement. **The Sociological Review**. v.40, 1.ed. p.1-25, February 1992.
- FABRIS, A.. O circuito social da fotografia: estudo de caso I. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Fotografia: usos e funções no séc. XIX**. São Paulo: Edusp, 1991. p. 39-57.
- FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **EDUCAR NO MUSEU: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2017/ 292p.
- FERNANDES, Maria das Graças Melo. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. **Physis** [online]. 2009, vol.19, n.4, pp.1051-1065.

GIONGO, Marina Grandi; PRÁ, Jussara Reis. As três ondas do feminismo : gênero, sexualidade e feminismos. In: Meirelles, Mauro; Mocelin, Daniel Gustavo; Raizer, Leandro (orgs.). **Atores sociais, diversidade e identidade**. Porto Alegre : CirKula, 2015. p. 83-115.

HORTA, Maria de Lourdes P. 20 Anos depois de Santiago: A Declaração de Caracas - 1992. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p. 32-35.

JAEGER, Julia Macial; JOSÉ, Rossana Klippel de Souza. Exposição curricular nós podemos! A Mulher da submissão a subversão. In: **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: EST. v. 5, 2017. p. 338-356.

LOPES, Maria Margareth. Bertha Lutz e a importância das relações de gênero, da educação e do público nas instituições museais. In: **MUSAS: Revista Brasileira de Museologia**, n. 2. Brasília: Departamento de Museus e Centros Culturais, p. 41-7, 2006.

KOLLER, Sílvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n.3, set/dez. 2006, p. 647-654.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 4. ed. amp. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012. 179 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LORDE, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. Berkele: Crossing Press, 2007. 190 p.

MAROEVIC, Ivo. Identity as a constituent part of Museality. In: [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY / ICOFOM, 8]; October 1986, Buenos Aires [Argentine]. **Symposium Museology and Identity. Basic papers**. Stockholm: International Committee for Museology / ICOFOM; Museum of National Antiquities, Stockholm, Sweden. (ICOFOM STUDY SERIES – ISS 10). 1986.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história, interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MAUAD, Ana Maria. Imagens da terra: fotografia, estética e história. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora. Vol. 8, n.2, p. 9-36, 2002.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre. (1975-1982)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre. 2005, 170p.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Rumo a uma história visual. In: MARTINS, José de Souza. ECKERT, Cornelia. NOVAES, Sylvia (Org.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. P.33-56.

MENSCH, Peter van. Modelos conceituais de museus (e suas relações com o patrimônio natural e cultural). **Boletim do ICOFOM-LAM**. Buenos Aires - Rio de Janeiro: n°. 4/5, Agosto de 1992. (Tradução Tereza Scheiner).

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, jul/set 1993. p.239-262.

MOUTINHO, Mario C. A Declaração de Quebec - 1984. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p.26-29.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; QUEIROZ, Marijana Souza. Museologia - Substantivo Feminino: Reflexões sobre Museologia e Gênero no Brasil. In: **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. no. 5, setembro 2017. p.61-77.

PACHECO, Joice Oliveira. **O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre a emancipação feminina**: contribuições e desafios para a educação contemporânea. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2010. 95p.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. 159 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Mudanças epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar. In: **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.39-62.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003. 119p.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. v.1 (Memória-História).Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

RECHENA, Aida. Museologia Social e Gênero. In: **Cadernos do CEOM** - Ano 27, n. 41. p. 153-174.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), UFSC, v.12, n.2, p. 35-50, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre. vol. 15, n. 2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

SILVA, Daniella Rebouças. MUSEUS: A PRESERVAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTO DE MEMÓRIA. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 16, n. 16, jun. 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomás Tadeu da. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SILVA, Valéria Calvi Amaral. **Análise das relações entre quadros interpretativos e repertórios de ação em suas organizações feministas**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2013. 202p.